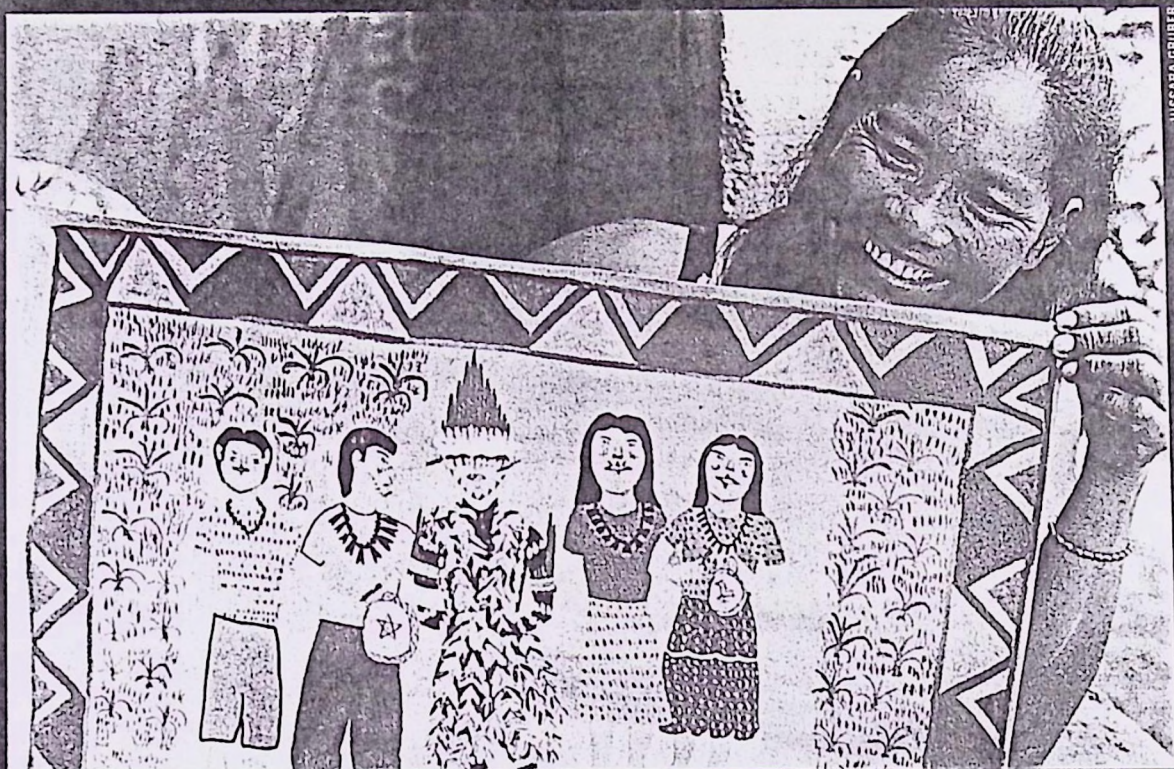


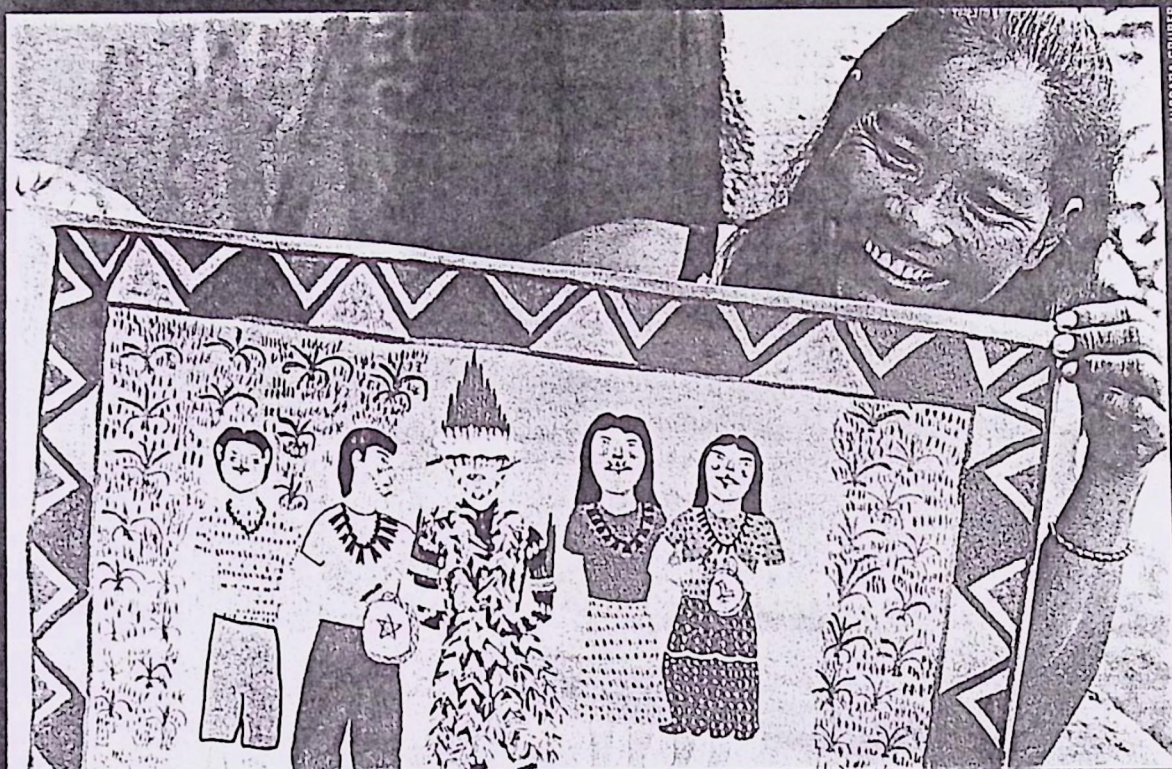
4. SOLIMÕES



JUSSARA GRUBER

Ticuna

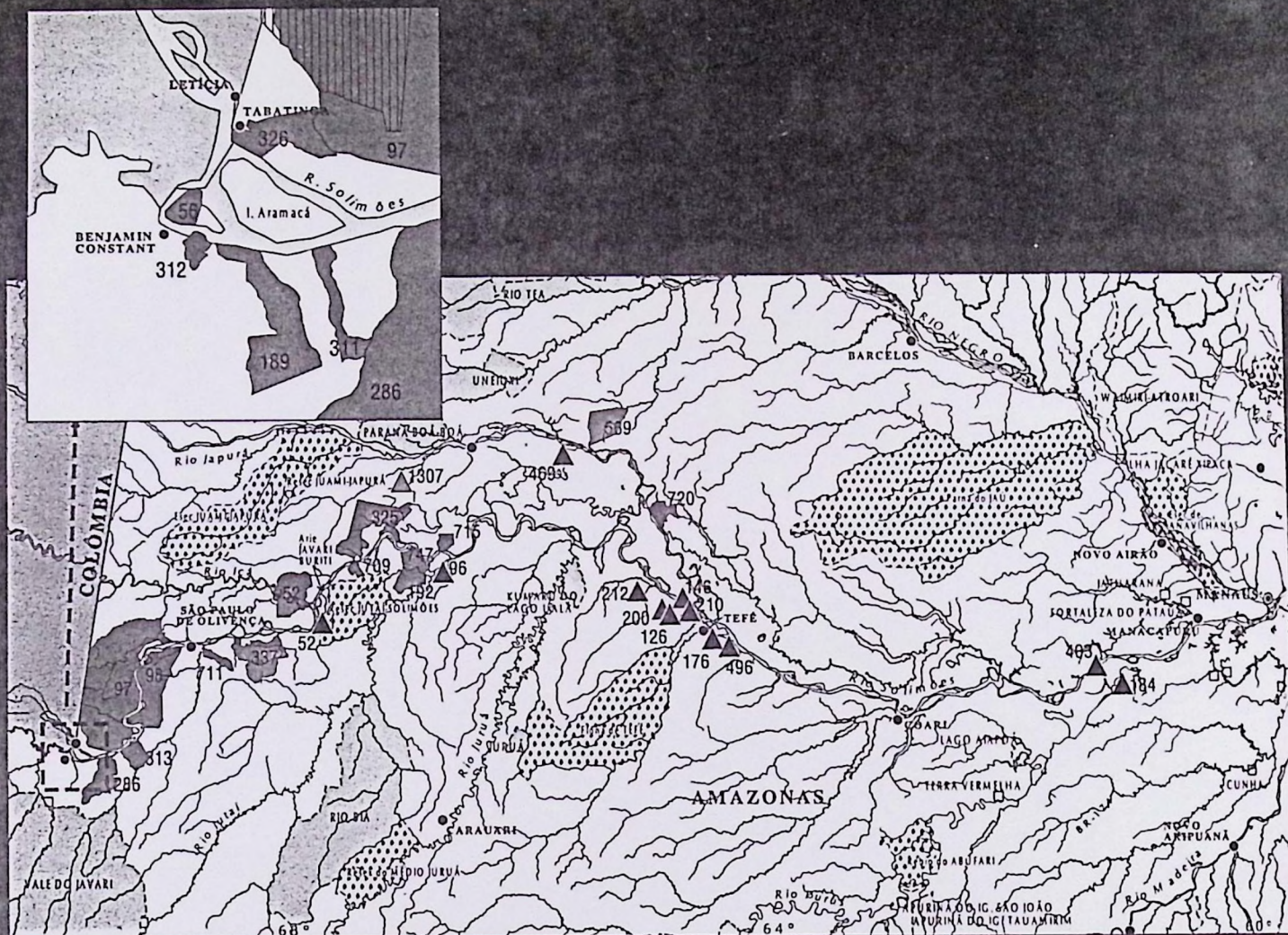
4. SOLIMÕES



JUSSARA GRUBER

Ticuna

4. SOLIMÕES



--- limite interestadual

— rodovia implantada

⊙ capital de Estado

• cidade

Unidade de Conservação federal

Área militar

TERRAS INDÍGENAS

reconhecida oficialmente
mais de 19.000 ha

reconhecida oficialmente
menos de 13.200 ha

em identificação ou a identificar

apresentada em outro capítulo

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2000

50 0 50 100 Km

SOLIMÕES

Terras Indígenas

Instituto Socioambiental - Dezembro de 2000

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
715	Acapuri de Cima	Kocama	101 GT/Funai: 98	Delimitada. Port. do ministro da Justiça 287 de 13/04/2000 declara de posse permanente indígena (DOU, 17/04/00).	19.400	Fonte Boa	AM	Sem localização.
456	Barreira da Missão	Kaixana Miranha Witoto Issé Kambéba Ticuna	480 Funai: 95	Homologada. Reg. CRI. Dec. 303 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Matr. 2178, Liv. 2 I, fl. 230 verso em 20/11/91. Dominial Indígena.	1.772	Tefé	AM	Calha Norte.
5	Setúnia	Ticuna	3.486 CGTT: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decr. s/n de 03/07/95 homologa a demarcação aprovada pela Funai (DOU, 04/07/95). Reg. CRI de Sto. Antonio do Içá Matr. 107, Liv. 2-B, fl. 107 de 10/10/95. Reg. SPU. Cert. 002 em 19/03/96.	122.769	Sto. Antonio do Içá	AM	Calha Norte.
56	Bom Intento	Ticuna	258 CGTT: 98	Homologada. Reg. CRI. Dec. do pres. F.H. Cardoso de 05/01/96 homologa a demarcação. (DOU, 08/01/96). Reg. CRI em Benjamin Constant, Matr. 586, Liv. 2-3, fl. 8V em 12/01/96.	1.693	Benjamin Constant	AM	Calha Norte. Faixa de fronteira.
	Cajuhiri Atravessado	Miranha	0	Em Identificação. Port. Funai 420 de 29/05/00 cria GT p/ estudos de identificação da TI (DOU, 31/05/00).	0			
720	Cuiu-Cuiu	Miranha	367 Priscila Faulhaber: 95	Delimitada. Port. Ministro da Justiça 817 de 11/12/98 declara de posse permanente indígena (DOU, 14/12/98).	36.310	Maraã	AM	
747	Espirito Santo	Kocama	121 Parecer/Funai: 97	Delimitada. Port. do ministro da Justiça 560 de 7/10/99 declara de posse permanente indígena. (DOU, 08/10/99).	35.000	Jutai	AM	
56	Estrela da Paz	Ticuna	383 Débora Lima: 98	Homologada. Reg. CRI. Dec. s/n de 03/07/95 homologa a demarcação aprovada pela Funai (DOU, 04/07/95). Reg. CRI em Jutai Matr. 252, Liv. 2/RG, fl. 52 em 25/08/95.	12.876	Jutai	AM	
97	Evaré I	Ticuna Kocama	13.023 Funai: 95	Homologada. Reg. CRI. Dec. do pres. F.H. Cardoso de 05/01/96 homologa a demarcação. (DOU, 08/01/96). Port. pres. da Funai de 27/06/96 designa Ana Suely Arruda C. Cabral etnolinguista para estudos visando a identific. Étnica da comunidade da localidade de Sepotal, no munic. de Tabatinga (DOU, 02/07/96). Despacho do M. da Justiça concordando que as terras Ticuna e Kokama sejam separadas desde que não excedam a área de 548.177 ha (DOU, 26/03/97). Reg. CRI em S. Paulo de Olivença Matr. 541, Liv. 2-C-I, fl. 61 em 20/06/96; em Tabatinga Matr. 242, Liv. 2-B, fl. 97 em 01/03/96; em Sto Antonio do Içá Matr. 138, Liv. 2-B, fl. 138 em 15/04/96.	548.177	S. Paulo de Olivença Tabatinga	AM AM	Calha Norte. Na fronteira. Rodovia planejada BR-307. A área do Exército Gleba Tacana incide totalmente na TI.
98	Evaré II	Ticuna	2.200 Funai: 95	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. do pres. F.H. Cardoso, de 05/01/96 homologa a demarcação administrativa. (DOU, 08/01/96). Reg. CRI em S. Paulo de Olivença Matr. 542, Liv. 2C-1, fl. 62 em 20/06/96. Reg. SPU Cert. s/n em 18/02/97.	176.205	S. Paulo de Olivença	AM	Faixa de fronteira.
126	Igarapé Grande	Kambéba	27 Funai: 00	Em Identificação/Revisão. Demarcação SPI (Funai: 90). Planta de delimitação de 07/01/83. Port. Funai 745 de 18/08/94 cria GT p/ identificação da área (DOU, 22/08/94). Port. 134 de 11/03/99 cria GT p/ identificação da TI (DOU, 15/03/99).	400	Alvarães	AM	
403	Ilha do Camaleão	Ticuna	0	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n de 03/07/95 homologa a demarcação (DOU, 04/07/95). Reg. CRI em Anama Matr. 01, Liv. 1-RG, fl. 01V em 30/09/96. Reg. SPU Cert. s/n em 02/04/97.	236	Anamá	AM	Calha Norte.
146	Jaquiri	Kambéba	55 Lid. Indígenas: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. SPU Cert. 001 em homologa a demarcação (DOU 30/10/91). Reg. CRI de Maraã Matr. 081, Liv. 2-A, fl. 77 em 27/11/91. Reg. SPU Cert. 002 em 20/11/95.	1.820	Maraã	AM	Calha Norte.
176	Kokama	Kambéba Kocama	140 Funai: 89	Em Identificação/Revisão. Planta de delimitação 06/01/83.	930	Tefé	AM	Calha Norte.
184	Lago Beruri	Ticuna	120 Funai: 94	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n de 03/07/95 homologa demarcação aprovada pela Funai (DOU, 04/07/95). Reg. CRI de Beruri Matr. 79, Liv. 2/RG, fl. 41 em 22/09/95. Reg. SPU Cert. 001 em 11/03/96.	4.080	Beruri	AM	Calha Norte.
189	Lauro Sodré	Ticuna	694 CGTT: 98	Em Identificação/Revisão. Planta de delimitação e 03/06/82. Port. Funai 1.692/E de 23/08/84 p/ proposta de identificação e delimitação. Port. 22 de 18/01/00 cria GT p/ estudos de identificação (DOU, 20/01/00).	9.600	Benjamin Constant	AM	Faixa de fronteira. Rodovia planejada BR-230. Requerimento de pesquisa mineral.

SOLIMÕES

Terras Indígenas (Continuação)

Instituto Socioambiental - Dezembro de 2000

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
192	Macarrão	Ticuna	404 Lid. Indígenas: 98	Homologada. Reg. CRI. Dec. 260 de 29/10/91 homologa demarcação administrativa (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Jutai Matr. 62, Liv. 2, fl. 62 em 25/11/91. Ofício ao SPU 158 DAF em 11/08/93.	44.267	Jutai	AM	
1307	Mapari	Kaixana	0	Em Identificação. Port. Funai 743 de 13/08/97 cria GT p/ identificação da TI (DOU, 14/08/97).	0	Japurá	AM	
569	Maraã/Urubaxi	Kanamari	185 Parecer/Funai: 93	Homologada. Dec. s/n de 11/12/98 homologa a demarcação (DOU, 14/12/98).	94.405	Maraã	AM	
	Maraita	Ticuna	137 CGTT: 96	Em Identificação. Port. Funai 579 de 09/06/98. Cria GT p/ estudos de identificação (DOU, 12/06/98).	0	Amaturá	AM	Sem localização.
200	Marajá	Mayoruna	203 Lid. Indígenas: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 288 de 29/10/91 homologa a demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI Alvarães Matr. 001, Liv. 2-A, fl. 32 em 05/12/91. Reg. SPU Cert. 005 em 14/05/97.	1.196	Alvarães	AM	
	Matintin	Ticuna	234 CGTT: 98	Em Identificação. Port. Funai 579 de 9/6/98 cria GT p/ estudos de identificação da TI (DOU, 12/06/98).	0	S. Antonio do Iça	AM	
210	Méria	Karapanã Mura Witoto Miranha Issé	45 Lid. Indígenas: 98	Homologada. Reg. CRI E SPU. Dec. s/n de 04/10/93 homologa a demarcação (DOU, 05/10/93). Reg. CRI de Alvarães Matr. 018, Liv. 2-A, fl. 018 em 10/11/93. Reg. SPU. Cert. 11 em 27/11/95.	585	Alvarães	AM	
212	Miratu	Karapanã Mura Miranha Issé Witoto	350 Barbosa: 85	Homologada. Reg. CRI. Dec. 390 de 24/12/91 homologa demarcação (DOU, 26/12/91). Reg. CRI de Uarini Matr. 2.183, Liv. 2-I, fl. 208 em 14/01/92. Of. ao SPU 156 de 11/08/93.	13.199	Uarini	AM	Calha Norte.
711	Nova Esperança do Rio Jandiatuba	Ticuna	180 Parecer: 98	Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita a Contestação. Port. Funai 579 de 09/6/98 cria GT p/ identificação (DOU, 12/06/98). Despacho do presidente da Funai aprovando a área (DOU, 09/06/00).	19.900	S. Paulo de Olivença	AM	Faixa de fronteira
469	Paraná do Paricá	Kanamari	60 Lid. Indígenas: 98	Homologada. Dec. s/n de 08/09/98 homologa a demarcação (DOU, 09/09/98).	7.866	Maraã	AM	Calha Norte.
	Porto Praia	Ticuna	282 CGTT: 98	Em Identificação. Port. Funai 745 de 18/08/94 cria GT p/ identificação da área (DOU, 22/08/94). Port. Funai 134 de 11/03/99 cria GT p/ identificação da TI (DOU, 15/03/99).	0	Uarini	AM	Incide na Estação Ecológica Estadual Mamirauá.
	Riozinho	Ticuna Kulina	0	A Identificar. (Funai: 93).	0	Jutai	AM	
714	São José	Ticuna	0	Em Identificação. Port. Funai para identificação da área. Até o dia 18/07/94 o relatório não tinha sido entregue.	0	Manacapuru	AM	
709	São Sebastião	Kaixana	224 GT/Funai: 97	Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita a Contestação. Port. Funai 743 de 11/08/97 cria GT para identificar a TI. Despacho do presidente da Funai n.4 aprova estudos de identificação da TI (DOU, 17/02/00).	57.700	Tonantins	AM	
286	São Leopoldo	Ticuna	824 CGTT: 98	Homologada. Reg. CRI. Dec. s/n de 12/08/93 homologa a demarcação da Funai (DOU, 13/08/93). Reg. CRI de Benjamin Constant Matr. 401, Liv. 2-B, fl. 164 em 26/05/89. CT ao SPU em 28/04/88.	69.270	Benjamin Constant	AM	Calha Norte. Faixa de fronteira. Rodovia planejada BR-230. Requerimento de pesquisa mineral.
312	Tikuna de Santo Antonio	Ticuna	1.586 CGTT: 98	Homologada. Reg. CRI. Dec. 311 de 29/10/91 homologa demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI de Benjamin Constant Matr. 546, Liv. 2-2, fl. 109 em 18/06/95.	1.065	Benjamin Constant	AM	Calha Norte. Faixa de fronteira. Rodovia planejada BR-230.
313	Tikuna Feijoa	Ticuna	2711 CGTT: 98	Homologada. Reg. CRI. Dec. do pres. F.H. Cardoso de 05/01/96 homologa a demarcação administrativa (DOU, 08/01/96). Reg. CRI de Benjamin Constant, Mat. n. 585, Liv. 2-3, fl. 08V em 06/11/95.	40.948	S. Paulo de Olivença	AM	Calha Norte. Faixa de fronteira. Requerimento de pesquisa mineral.
311	Tikuna Porto Espiritual	Ticuna	160 Funai: 87	Homologada. Reg. CRI E SPU. Dec. do pres. F.H. Cardoso de 05/01/96 homologa a demarcação administrativa. (DOU, 08/01/96). Reg. CRI em Benjamin Constant Matr. 587, Liv. 2-3, fl. 09 em 29/01/96. Reg. SPU Cert 008 em 22/04/96.	2.839	Benjamin Constant	AM	Calha Norte. Faixa de fronteira.
326	Tukuna Umeriaçu	Ticuna	4.300 Funai/PPTAL: 98	Homologada. Dec. s/n. de 11/12/98 homologa a demarcação (DOU, 14/12/98).	4.854	Tabatinga	AM	Calha Norte. Faixa de fronteira. Rodovia planejada BR-307.

SOLIMÕES

Terras Indígenas (Continuação)

Instituto Socioambiental - Dezembro de 2000

Ref. Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação Jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
	Tupa-Supé	Ticuna	32 CGTT: 98	Em Identificação. Port. Funai 745 de 18/08/94 cria GT para identificação da área (DOU, 22/08/94). Port. Funai 134 de 11/03/99 cria GT p/identificação da TI (DOU, 15/03/99).	0	Alvarães	AM	
325	Uati-Paraná	Ticuna	480 CGTT: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. 284 de 29/10/91 homologa a demarcação (DOU, 30/10/91). Reg. CRI de Fonte Boa Matr. 743, Liv. 2-RG, fl. 001/005 em 03/05/93. Reg. SPU Cert. 007 em 22/11/95.	127.199	Fonte Boa	AM	Calha Norte.
337	Vui-Uata-In	Ticuna	1.452 CGTT: 98	Homologada. Reg. CRI e SPU. Dec. s/n de 03/07/95 homologa a demarcação aprovada pela Funai (DOU, 04/07/95). Reg. CRI em Amaturá Matr. 534, Liv. 2C-1, fl. 54 em 02/05/96. Reg. SPU Cert. 002 em 21/01/98.	121.198	Amaturá	AM	Calha Norte. Faixa de fronteira.

Os Ticuna diante da Degradação Ambiental

Fábio Vaz Ribeiro de Almeida

Regina M. de Carvalho Erthal

Antropólogo da Universidade do Amazonas/
Museu Amazônico e assessor do CGTT desde 1992

Antropóloga pesquisadora, trabalha com os Ticuna desde 1989

OS CAMINHOS DA QUALIDADE DE VIDA PASSAM PELA DEMARCAÇÃO DA TERRA E PELA AUTODETERMINAÇÃO

Após um longo período de lutas pelo reconhecimento oficial de suas terras, desde o final da década de 70, impulsionado pela participação de suas lideranças mais tradicionais no acompanhamento de todas as suas etapas, resultado de sua união estratégica em torno de um objetivo maior de proteção territorial, os Ticuna do Alto Solimões (AM) têm atualmente grande parte, aproximadamente 90%, de seu território demarcado. Prossegue a luta pela finalização desse processo.

O processo histórico de ocupação do território ticuna que gerou, em situações históricas específicas, a dissolução de malocas tradi-

cionais e deslocamentos populacionais significativos para a beira do rio Solimões, desembocou, com mais intensidade a partir da década de 70, na formação de grandes aldeamentos, alguns com uma população que já chega a mais de quatro mil indivíduos. Esta "urbanização" crescente não tem sido acompanhada de uma infraestrutura imprescindível à viabilização da reunião de um número significativo de pessoas ocupando um espaço comum, com utilização intensiva dos recursos naturais, já sendo visível um processo de degradação ambiental, com problemas urgentes de coleta e localização de dejetos, tratamento e distribuição de água. Ou seja, questões de saneamento básico em geral.

Os Ticuna começaram a ter, no decorrer das duas últimas décadas, uma percepção cada vez mais clara das consequências das mudanças de um padrão tradicional de ocupação do território que, junto a fatores externos e incontroláveis, tem determinado um

*Crianças ticuna às margens do
rio Solimões, em Tabatinga.*



RICARDO BELIEL

processo de degradação ambiental que atinge de forma imediata suas reservas de alimentos e a provisão de água potável afetando, de maneira incisiva, seu bem estar e suas condições de saúde. Acostumados a manter uma relação com seus diferentes ecossistemas, enquanto provedores inesgotáveis dos bens necessários à sua reprodução no sentido mais amplo, os Ticuna têm percebido a importância de pensar nos novos elementos que passaram a interferir no estabelecimento futuro de planos de manejo de seus recursos naturais: aumento populacional ao longo do rio Solimões, pesca predatória nos lagos invadidos periodicamente por brancos, pesca de exportação praticada também de forma predatória com conseqüente escassez alimentar para algumas comunidades, exploração exacerbada de produtos da floresta sem correspondente plano de manejo, intrusão de madeireiros e garimpeiros, poluição ambiental, mudança nos padrões de morbimortalidade da população, etc.

O processo de vinculação de pescadores índios ao sistema de pesca dominado pelos atravessadores colombianos tem se intensificado proporcionalmente à destruição ambiental no Solimões, Igarapé e lagos, com uma já evidente escassez do pescado. O esquema de cooptação dos pescadores indígenas se baseia em um processo de endividamento muito próximo àquele já experimentado pelos Ticuna frente ao barracão da borracha. Os atravessadores financiam o início da atividade, fornecendo barco, motor, malhadeira, combustível, e o pescador fica comprometido por essa dívida inicial a aceitar o preço estabelecido pelo comerciante para o produto do seu trabalho.

A intensificação do esgotamento dos estoques nas áreas mais exploradas tem levado os pescadores a invadir áreas de pesca e reserva de comunidades menores, ou ainda lagos tidos como de preservação do estoque pesqueiro. Esse processo vem acirrando disputas entre comunidades que acionam códigos diversos de acusação, na tentativa de controle de seus próprios estoques, seja com um discurso preservacionista e de apoio a vias tradicionais de manutenção da integridade do território, seja reivindicando tais reservas para exploração em proveito próprio, associados a agentes econômicos externos. O discurso preservacionista veiculado pelas lideranças do Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), vem encontrando cada vez menos eco nas gerações mais novas, e mesmo entre alguns capitães cooptados por uma política municipal de troca de "favores" (cargos, pequenas obras, barco, motor, etc.) que percebem a exploração das riquezas do seu território como uma via de acesso rápida a uma economia monetarizada e uma alternativa de sustento.

Também no que diz respeito aos seus recursos florestais, os Ticuna têm sido assediados por propostas de exploração que, por trás de projetos com um discurso preservacionista e de sustentabilidade, escondem empresas que vêm atuando de forma predatória em outras áreas da Amazônia.

Após um período de união incondicional das diferentes facções ticuna em torno da luta pela demarcação de seus territórios, a demonstração da possibilidade de se criar alternativas efetivas de

sustento, principalmente para as gerações mais novas, bombardeadas de modo intenso pela grande circulação de brancos em seu território, pela proximidade com sedes municipais e/ou pequenas cidades, e ainda pelo apelo ao consumo que lhes chega via televisões e rádios, pode significar um novo ponto de referência e de união em torno de uma apropriação produtiva, independente e sustentada, do território.

Nesse sentido, o CGTT tem atuado de modo a estabelecer as parcerias que favoreçam a criação de condições propícias à execução de projetos que se tornem a base para a implementação de uma política de desenvolvimento econômico sustentado para a região. As diversas parcerias estabelecidas pelo CGTT têm caminhado no sentido de definir linhas de pesquisa nas áreas de desenvolvimento, saúde, educação; implementando projetos pilotos que servem como multiplicadores de experiências e, ainda, na perspectiva de constituir quadros de dirigentes e gerenciadores capacitados cada vez mais para assumirem as responsabilidades de formulação e implementação de propostas que reflitam as reais necessidades da população ticuna como um todo.

PROJETOS E PARCEIROS

Desde o final da década de 80 e início dos anos 90, os Ticuna vêm implementando, cada vez de modo mais eficiente, um projeto de autogestão que se tornou mais completo com a expansão da atuação do CGTT que, de órgão fiscalizador e definidor de políticas, adquire personalidade jurídica própria a partir de 1997, e passa a ter o papel de formulador e gerenciador de projetos nas áreas de desenvolvimento, saúde e educação.

Na área da saúde, a formação de quadros qualificados pela organização indígena e sua ampliação durante os duros anos (década de 90) de disputas entre Funai (Fundação Nacional do Índio) e FNS (Fundação Nacional da Saúde) pelo controle das ações de saúde junto às populações indígenas no Brasil, transformou os Agentes Indígenas de Saúde (AIS) na base do atual Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Solimões, para o qual a Prelazia do Alto Solimões foi chamada a assumir a coordenação (1999), a partir de uma convocação e apoio dos Ticuna ao pe. Joseney Lira do Nascimento.

O processo de demarcação desencadeou, paralelamente, uma discussão crítica sobre as propostas de "projetos econômicos" e/ou "comunitários" implementadas até então pela Funai, frutificando na parceria com o Fundo Mundial para a Natureza/WWF-USA para a realização do "Projeto de Etnodesenvolvimento: Fauna e Flora Ticuna" (1993/94) que propunha um aprofundado levantamento dos diferentes ecossistemas encontrados nas áreas Ticuna e suas potencialidades de desenvolvimento. Mesmo com poucos recursos, o Projeto desenvolveu ainda atividades de qualificação de quadros para a construção e manejo de açudes, através de aulas práticas e teóricas, com especial atenção para a discussão da necessidade de um viés participativo e de proteção ambiental.

Nesta mesma linha, foi implementado o projeto "Universo Ticuna: território, saúde e meio ambiente", coordenado pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira, envolvendo o Museu Nacional/UFRJ, o Museu Goeldi, o Museu Amazônico/UA e a Fiocruz (Fundação Instituto Oswaldo Cruz) para estudar as representações indígenas expressas em seus discursos e práticas cotidianas sobre o território, os processos de saúde/doença e em propostas de desenvolvimento econômico.

Esse Projeto, que desenvolveu atividades de 1996 a 1999, gerou produtos com um perfil acadêmico mais destacado (tese, disser-

tação, monografias, artigos, livros, seminário internacional etc.), podendo ainda ter o seu resultado apropriado de modo mais imediato pelas comunidades no sentido de preservação de seu território ou de seu patrimônio cultural na forma do "Atlas das Terras Ticuna", do "Catálogo Digital do Acervo Museológico de Peças Ticuna-Museu Nacional" ou do vídeo "Uma Assembléia Ticuna". Há outros em que, predominantemente, encontra-se o desenvolvimento de metodologias e tecnologias a partir dos sistemas de manejo tradicionais bem sucedidos (pequenos açudes, manejo consorciado de capoeira etc.) e ainda produtos definidos a partir das dinâmicas internas da sociedade ticuna e da necessidade de uma

O DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO ALTO SOLIMÕES (DSEI-AS)

O longo período de disputas entre a FNS e Funai pelo controle das ações de saúde junto às populações indígenas no Brasil, iniciado em 1991, foi certamente ocupado por níveis diversos de debates para uma definição clara de um modelo de assistência e de práticas sanitárias que superasse uma vinculação direta às demandas espontâneas e/ou emergenciais. Acompanhando esse processo, a capacitação de AIS foi realizada de modo extensivo por diferentes instituições de ensino, pesquisa, ONGs nacionais e internacionais, organizações missionárias etc, obtendo apoio de diferentes organizações indígenas já existentes ou estimulando a sua formação. No Alto Solimões, instituições como Médicos sem Fronteira, Projeto Rasi/UA, Fiocruz e Esai/FNS capacitaram, de maneira descontinua e assistemática, em torno de 160 AIS, fornecendo no mais das vezes uma supervisão pífia para suas atuações.

A exigência de controle social e participação das populações indígenas para a implantação dos DSEIs desencadeou reuniões convocadas pela Cosai/Esai/FNS que referendaram diretrizes de implantação e definições territoriais dos Distritos (Reunião de discussão do processo de implantação dos DSEIs do Estado do Amazonas – Manaus, 15 a 19 de março de 1999).

Em junho de 1999, as organizações indígenas foram convocadas a Brasília pela direção do Deope/Cosai para a discussão de parcerias para implantação dos DSEIs. Na reunião, viram-se os Ticuna face às opções propostas de assumirem a gestão do Distrito do Alto Solimões ou indicarem uma instituição que o fizesse. De maneira conjunta, os representantes das organizações de saúde do povo Ticuna (OASPT e OSPTAS) optaram pela realização de uma consulta às suas bases e assessorias, já que não haviam sido comunicados com antecedência da pauta da reunião. Essa reunião foi convocada em detrimento da Oficina de Trabalho de Implantação do DSEI-AS, marcada originalmente para o período de 5 a 15 de maio de 1999 (Projeto Rasi/UA), com o objetivo de ampliar o conhecimento dos participantes (indígenas, gerentes e gestores locais de saúde) sobre o conceito de DSEI. A Oficina acabou sendo realizada em julho de 1999, sob a égide da necessidade de uma decisão por parte das organizações indígenas de saúde de assumir ou apontar um gerente para o Distrito. Em reunião com a presença da Pastoral Indigenista/AS, assessoria e lideranças do CGTT e Organizações Indígenas de Saúde, a OSPTAS se mostrou tentada a assumir a gerência do distrito sendo desestimulada pela própria contingência de já ter coordenado sem sucesso um projeto patrocinado pela DST-AIDS e se tornado inadimplente no processo de prestação de contas. A OASPT e lideranças do CGTT argumentaram

contra outras possibilidades que já vinham sendo aventadas (Batalhão de Fronteira do Exército), e optaram pela indicação da Pastoral Indigenista, na pessoa do pe. Joseney Lira do Nascimento, para o cargo de coordenador do DSEI-AS. Consultada a Diocese do Alto Solimões e ponderadas as orientações contrárias do Cimi, o pe. Joseney aceitou o convite dos Ticuna e o DSEI-AS foi implantado em novembro de 1999, com uma equipe que ainda se estrutura para a execução de um projeto de um ano.

A contingência de ter que gerenciar as ações de saúde em um território composto por seis municípios, com uma das maiores populações indígenas em território brasileiro, atendendo a indígenas em 120 aldeias espalhadas pela beira do Solimões e igarapés, tem imposto ao DSEI-AS a imensa tarefa de organização de uma infra-estrutura capaz de sustentar a atuação de profissionais de saúde e AIS.

Nesse contexto, foi selecionada e contratada uma equipe de médicos, odontólogos, enfermeiros, bioquímico, laboratoristas e auxiliares de enfermagem que foram preparados para atuar na área do Alto Solimões através do I Curso de Formação da Equipe de Saúde do DSEI-AS (8 a 26 de novembro de 1999). Também essa equipe está sendo testada e ajustada no sentido da realização de uma assistência que se propõe integral.

Os AIS, hoje 204, formam a base da assistência à saúde no Alto Solimões e tiveram o seu primeiro Curso de Formação realizado em fevereiro de 2000. Do mesmo modo que a estrutura operacional, a definição de cargos e contratação de pessoal (exclusão do antropólogo da equipe permanente), os cursos de capacitação para profissionais de saúde e AIS, as listagens de medicamentos, etc., têm sido elaborados pela equipe da Cosai de Brasília, com poucas chances (e tempo) de adequação pelo DSEI.

Assoberbados com a tarefa de proporcionar uma infra-estrutura inexistente na imensa área a cobrir, o núcleo de coordenação e gerência do DSEI-AS tem tido poucas chances de instrumentalizar as lideranças locais e tradicionais para o seu importante papel de fiscalizador do sistema. Assim, indígenas com maior domínio dos códigos da sociedade nacional (vereadores, chefes de posto, capitães, agentes de saúde etc.), têm dominado a cena da saúde no DSEI-AS com o perigo da utilização dos canais de expressão das necessidades das comunidades (Conselhos Locais e Distritais) – principalmente nos períodos de eleições municipais – para o modelo já assimilado do fazer político branco.

diretriz de capacitação diversificada de suas lideranças (reuniões e assembleias do CGTT, encontros de lideranças femininas, cursos diversos etc.).

O Atlas das Terras Ticuna (Museu Nacional/Finep/PPG-7/CGTT, nov. 1998) responde à necessidade da população ticuna de controlar o seu território e os processos oficiais de seu reconhecimento pelas instâncias competentes do Estado nacional. O Atlas é composto por uma listagem de todas as terras Ticuna e por um conjunto de fichas com mapa, dados básicos (município, população e situação atual), descrição da situação jurídica, breve histórico, descrição de problemas que afetam o uso e ocupação da terra e uma lista de documentos.



O trabalho de identificação dos modos tradicionais do uso dos recursos naturais contribuiu para uma percepção crescente de que estes são extremamente bem sucedidos. Um projeto de desenvolvimento sustentado seria basicamente uma versão contemporânea dos modelos de manejo tradicionais, respeitadas as suas formas tradicionais de organização e definição de papéis sociais. A experiência acumulada com a construção de açudes nas comunidades ticuna e, ainda, a avaliação técnica das possibilidades de seu consorciamento com o ambiente de capoeira, passaram a indicar a adequação de pequenos açudes de interceptação e estocagem de peixe, vinculados ao controle de um grupo vicinal, podendo se multiplicar no próprio curso do igarapé. As atividades de construção de açudes foram implementadas durante o período de 1998/99 nas comunidades de Porto Cordeirinho e Filadélfia, atingindo as lideranças do município de Benjamin Constant, e ainda na comunidade de Otawari, atingindo lideranças das áreas do Évare I e II. A construção dos açudes foi desenvolvida junto com cursos teóricos, fazendo interagir as novas tecnologias com os saberes tradicionais locais.

Todas as atividades realizadas nas comunidades tiveram por base as demandas dos Ticuna, definidas a partir das Assembleias Gerais do CGTT (pelos menos uma a cada ano), onde são discutidos os problemas das comunidades, permitindo neste processo o aparecimento de organizações setoriais em torno de questões específicas apoiadas pelo CGTT: Associação das Mulheres Indígenas Ticuna (Amit – criada em 1998), Organização dos Agentes de Saúde do Povo Ticuna (OASPT – criada em 1998), Associação dos Estudantes do Povo Ticuna do Alto Solimões (AEPTAS – criada em 1999).

O amadurecimento de uma longa história de busca de caminhos próprios implementada pelos Ticuna, além de mudanças sensíveis nas linhas de financiamentos para projetos em áreas indígenas realizadas por organizações governamentais e ONGs, têm indicado a necessidade da formação de quadros indígenas competentes para lidar com uma nova conjuntura que aponta para as comunidades indígenas como parceiras privilegiadas, com o controle de todas as fases de realização dos projetos: elaboração de propostas, gerenciamento de recursos, divulgação e reprodução de experiências.

RETOMADA DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DAS TIS TICUNA

A Funai está dando seqüência ao processo de identificação e delimitação de cinco das últimas terras que restam demarcar para os Ticuna. São elas: Matintim, Nova Esperança do Jandiatuba, Maraitá, São Francisco do Canimari e Lauro Sodré. Com a participação do antropólogo Fabio Vaz Ribeiro de Almeida, as quatro primeiras já tiveram relatório apresentado à Divisão de Identificação do órgão competente. No momento, o responsável pelo relatório final, o antropólogo Noraldino Cruvinel, faz pequenos ajustes para a publicação no Diário Oficial. A última dessas cinco terras, Lauro Sodré, é também a mais antiga delas. Seu conflituoso processo de regularização, devido à existência de uma fazenda formada na década de 70 através da ação de pistoleiros e da destruição de dezenas de

capoeiras dos Ticuna dali, tem no momento o que acreditamos ser o seu final, com a indicação pela Funai/PPTAL dos antropólogos Regina Maria de Carvalho Erthal e Fabio Vaz Ribeiro de Almeida para a realização desta identificação. O Grupo de Trabalho esteve em campo entre os meses de janeiro e março de 2000 e aponta que as divergências dentro da própria comunidade assim como as resistências do fazendeiro já estão superadas.

O CGTT, em carta de dezembro último à presidência da Funai, aponta a existência de duas áreas onde os Ticuna habitam e ainda sem providências do órgão: são elas Porto Redenção, no município de São Paulo de Olivença, e Porto Niterói, em Amaturá.

Com a atenção voltada para essas necessidades, foram realizados os seguintes cursos: "Noções de Informática para jovens ticuna" (1998 – Museu Magüta); "Curso de recuperação dos rádios de comunicação" (1998 – Museu Magüta); "Curso básico de Informática para índios ticuna" (1999 – Laboratório de Informática/UA/Manaus); "Formação Política" (1999 – Manaus); "Curso de planejamento participativo e elaboração de projetos" (1999 – Museu Magüta); "Curso para conservação de acervo e administração do Museu Magüta" (2000 – Museu Nacional/Museu do Índio – Rio de Janeiro).

Os jovens estudantes ticuna (rapazes e moças) que colaboram com a administração do Museu Magüta, através de um sistema de estágio e preparados pelos Cursos de Informática, estão produzindo o *Jornal Magüta*, jornal eletrônico (distribuído via e-mail) com notícias das atividades do CGTT e suas organizações afiliadas, do Museu, assim como os problemas e iniciativas da coletividade.

NOVO COMPROMISSO, NOVO DESAFIO

Todo esse processo tem se refletido em uma maior capacidade das lideranças do CGTT na escolha de projetos de desenvolvimento adequados aos seus diversos ecossistemas.

Nesse sentido, uma nova parceria está sendo iniciada com o "Projeto de Etnodesenvolvimento e Formação de Gestores Ticuna". Apresentado em 1999 pelo CGTT ao Subprograma Projetos Demonstrativos PDA/MMA, ele recebeu financiamento de US\$270.000 e foi aprovado para o período de junho de 2000 a maio de 2002, com atividades programadas em quatro subprojetos: (1) Construção de viveiros e piscicultura; (2) O açaí e a vigilância das fronteiras; (3) Plantio do tucum e a exploração integrada da capoeira ticuna; (4) Formação de gestores ticuna. Dentro deste Projeto, a proposta de formação de gestores indígenas é vista como fator primordial para o seu sucesso, assim como no sentido da criação de condições internas de avaliação de outras propostas vindas do setor privado ou do próprio governo. A criação de condições para a autogestão deve gerar uma maior capacidade de captação de recursos junto a agências financiadoras a nível nacional e internacional. Esse posicionamento desloca as comunidades de uma relação paternalista com os órgãos governamentais de assistência, privilegiando as necessidades concretas de desenvolvimento das potencialidades econômicas de seu território, dentro de modelos que gerem qualidade de vida para todos e garantam o sustento das atuais e futuras gerações.

A necessidade do CGTT de contar com quadros capacitados para gerenciar seus projetos, tem colocado desafios e resultados algumas vezes na especialização em tarefas específicas. É evidente também que tais quadros só são possíveis de serem formados entre aqueles indígenas que têm algum domínio dos códigos da sociedade nacional brasileira. O domínio da língua portuguesa, por exemplo, é

condição indispensável para que o indivíduo saiba lidar com as demandas de tais projetos, daí muitas vezes serem recrutados junto ao grupo de professores que já tem uma experiência de atuação.

Muitas vezes, os indígenas mais capacitados para lidar com a elaboração de projetos (fazer licitações e prestação de contas, relatórios etc.) têm sido aqueles mais afastados das tradições do grupo que buscam representar. O domínio que têm do instrumental necessário à coordenação das atividades de projetos é, às vezes, apreendido como uma qualidade individual, deixando de pesar o investimento neles realizado pelas organizações, fazendo com que se comportem como verdadeiros "mediadores" entre a sociedade nacional e as comunidades indígenas.

Quando, dentro da organização indígena, tais "mediadores" são instados a colocar de lado seus interesses particulares em benefício de objetivos comuns, desencadeia-se frequentemente um quadro de lutas internas, com cisões que podem levar à criação de novas organizações financiadas e em sintonia com interesses antiindígenas, geralmente vinculados aos poderes locais. Como dominam melhor a comunicação para fora do grupo em questão, lhes dão crédito os burocratas do governo, jornalistas e a sociedade como um todo, por consequência. Muitas vezes, também a chegada de financiamentos (não importando as fontes) tem servido de atrativo para alinhamentos ocasionais a organizações engajadas em lutas setoriais (saúde, educação etc.). Nota-se, principalmente em períodos eleitorais, a necessidade de alguns indígenas de formatar uma imagem de liderança eficiente para as suas "bases eleitorais" através de passagens rápidas pelas organizações, mas com utilização intensa de recursos, conquistando pequenos favores (muitas vezes função da atuação principal da organização em que se engajam) em troca dos votos certos do eleitorado carente de atenção. Essa tem sido, entre os Ticuna, a tônica do processo político de algumas organizações.

Um outro problema ligado à capacitação necessária dos indígenas para o gerenciamento de projetos de desenvolvimento é que, mesmo quando tais "mediadores" estão envolvidos em um projeto que não é individual, mas coletivo, para executar as tarefas que lhes cabem são obrigados a se afastarem de suas terras e de suas "bases", para usar uma terminologia utilizada pelo próprio movimento indígena. Normalmente vão morar nas cidades próximas, onde dispõem da infra-estrutura necessária.

A construção de um projeto de autonomia indígena entre os Ticuna pressupõe, portanto, um duplo desafio para o CGTT: capacitar jovens administradores sem que percam seus referenciais de identidade e lealdade ao grupo do qual fazem parte e mantê-los sob a autoridade das lideranças tradicionais que, em última instância, são definidas pelas estratégias de alianças internas ao grupo. É essa a estratégia que tem sido adotada pela principal organização Ticuna em parceria com os estudantes, professores bilíngües, AIS e mulheres. (julho, 2000)

A Educação e a Arte Ticuna

Jussara Gomes Gruber

Coordenadora pedagógica do
Projeto de Educação Ticuna e
assessora da OGPTB

"ANTES DO CURSO EU NÃO SABIA VÁRIAS COISAS QUE FAZEM FALTA PARA VIVER NO MUNDO DE HOJE. O CURSO VEIO ABRIR MEUS OLHOS PARA CONHECER, POR EXEMPLO, COMO PREVENIR AS DOENÇAS, QUAIS OS DIREITOS QUE TEMOS NA NOSSA EDUCAÇÃO, NA DEFESA DA NOSSA TERRA. TODOS ESSES CONHECIMENTOS EU LEVO PARA MINHA SALA DE AULA. ESTOU MELHORANDO MEU JEITO DE ENSINAR E ABRINDO OS OLHOS DOS MEUS ALUNOS"
(PROF. RAIMUNDO PINTO BITENCOURT)

Quando se aproxima o tempo do curso, os professores ticuna começam a subir o rio Solimões viajando nos "navios-motores" que semanalmente partem de Manaus para Tabatinga, nos barcos das comunidades, das prefeituras ou em suas próprias canoas. As viagens podem durar dois, três dias. Carregando sacolas com rede, mosquiteiro, prato, copo, caderno, dicionário, roupas e outros pertences pessoais, aos poucos os professores vão chegando à aldeia de Filadélfia, perto da fronteira com o Peru, no município de Benjamin Constant. Nesta aldeia está a escola *Torii Nguetataii*, a "nossa casa de estudos", oficialmente Centro de Formação de Professores Ticuna. É aí que os professores amarram suas redes para estudar durante 30 ou 40 dias, duas vezes ao ano, no período das férias.

O grupo é numeroso. São 220 professores que trabalham com mais de seis mil alunos, em 93 escolas distribuídas nos municípios onde se concentram a maior parte da população ticuna: Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá e Santo Antônio do Içá.

O Curso de Formação de Professores Ticuna, promovido e administrado pela Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngües (OGPTB), está na sua 13ª etapa, já com um total de 3.640 horas de aulas ministradas. Em 1997, 212 professores concluíram a carga-horária relativa ao nível de 1º Grau, e receberam os certificados expedidos pela pró-

pria OGPTB, autorizada pela Resolução nº 51/97 do Conselho Estadual de Educação/AM. Encontra-se em processo de legalização nesse Conselho o nível de 2º Grau, cuja carga-horária deverá estar completa no ano 2001.

O Curso deu origem a outras ações que, no seu conjunto, formam o Projeto Educação Ticuna. Com o objetivo mais amplo de construção de uma nova escola, essas ações se organizam em programas específicos que se articulam entre si e com as atividades do Curso, voltando-se, basicamente, para a formação do professor, preparação de materiais didáticos e organização da proposta pedagógica da escola. Temos assim os programas de educação ambiental, de arte e cultura, de saúde, de capacitação de supervisores índios e preparação de currículo.

A equipe de assessores do Projeto é formada por 28 profissionais - entre responsáveis pelas diferentes disciplinas e colaboradores - que procedem de várias universidades e outras instituições de ensino.

Uma outra equipe é composta por um grupo de assessores ticuna, alguns bastante idosos, que participam do Curso e das atividades dos diversos programas. Através de suas histórias, relatos, depoimentos, os professores têm aprofundado seus conhecimentos sobre a mitologia, a língua, a música, os rituais, a natureza, a medicina, os valores, a ética e outros tantos saberes e experiências acumulados por essas pessoas. As informações, registradas em fitas de áudio e vídeo, passam a compor os materiais didáticos, mas sobretudo constituem importante suporte para reflexões e decisões a respeito dos vários aspectos - culturais, sociais, históricos, éticos, entre outros - que servem de base para a estruturação da escola ticuna.

SAÚDE NA ESCOLA

Como as doenças se transmitem? O que fazer para evitá-las? Como melhorar a saúde da comunidade? Quais as relações entre saúde e meio ambiente? Como funciona meu corpo? Como posso cuidar melhor dos meus dentes? Estas e outras perguntas transformaram-se nos temas do Programa Saúde na Escola, que começou a se

estruturar em julho de 1997 no encontro organizado para discutir e preparar um projeto sobre prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e Aids. O encontro teve a participação de 22 professores e 14 agentes de saúde ticuna, com assessoria de uma equipe de profissionais da área de saúde e educação: Marcos Pellegrini, da Coordenação Nacional de DST e AIDS (Ministério da Saúde), Marlúcia Garrido, responsável pela Coordenação Regional de DST e AIDS-AM, Elorides Brito (Susam), Celina Cadena (Coiab), Marcelo Luiz Gonçalves (DIP-Hospital Universitário/UFRJ).

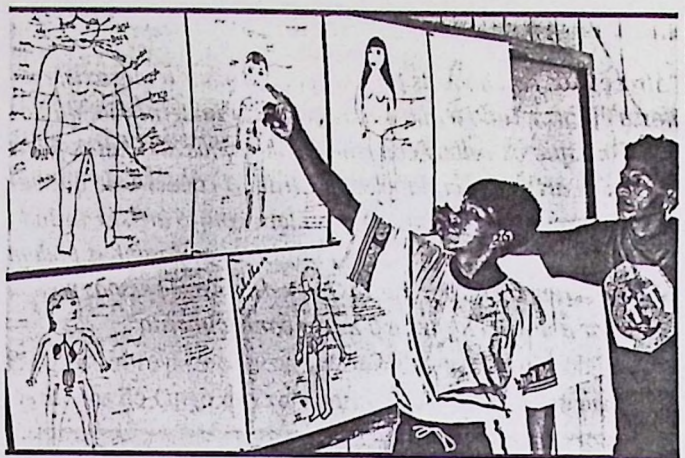
O projeto "Prevenção das DST/Aids nas Escolas Ticuna" foi aprovado pelo Ministério da Saúde e passou a integrar o currículo do Curso de Formação de Professores, como parte da disciplina de Ciências e como tema de outras disciplinas. Foi desenvolvido em duas fases, nos meses de janeiro e julho de 1998, num total de 130 horas. Ao lado dos conteúdos relativos às doenças sexualmente transmissíveis e a Aids, os alunos do curso tiveram noções de biologia e estudaram outros temas, como vacinação, diarreia, malária, tuberculose, hanseníase. As aulas foram ministradas pelos médicos Sandra Chaves, Marcelo Luiz Gonçalves, Alberto Ramos, Mônica Merçon Almeida, Marcos Pellegrini, Rodrigo Batista e pela enfermeira Elorides Brito. A equipe assessora e os professores prepararam uma cartilha sobre prevenção de doenças e o cartaz: "Vamos evitar a aids".

No mesmo período foi iniciado um trabalho de saúde bucal, com assessoria da dentista Maria Aparecida Guerra, que vem enfatizando a importância de prevenir as doenças bucais para manter a saúde geral. Nas escolas, a escovação começou a fazer parte da rotina diária, sendo distribuídas, em dois momentos, um total de 14 mil escovas e creme dental para os alunos. Encontra-se em fase de preparação uma cartilha sobre os cuidados básicos com os dentes, elaborada pelos professores, sob a orientação da dentista.

Em janeiro de 2000, o Programa Saúde na Escola trouxe para o Curso outro assunto importante: a saúde dos olhos. Face às inúmeras queixas de problemas de visão apresentadas pelos professores, 187 docentes foram examinados por dois oftalmologistas contratados pela OGPTB, chegando-se a resultados bastante preocupantes: 119 casos de pterígeo, 64 casos de pinguícula e 82 casos de erros refracionais corrigíveis por óculos, além de casos, em menor número, de catarata, maculopatia e glaucoma. Os médicos, André Portes e Arlindo Portes, também ministraram aulas para os professores cursistas, ensinando técnicas simples de medir a acuidade visual dos alunos, informando sobre as doenças mais comuns que atingem os olhos e os procedimentos preventivos.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ngiã niina ta daugii i torii naane, que significa "vamos cuidar da nossa terra", é o título da cartilha de educação ambiental, dirigida a crianças e jovens das escolas ticuna, que está sendo preparada por um grupo de professores, com assessoria da antropóloga e bióloga Deborah de Magalhães Lima. O objetivo da cartilha é abordar os problemas ambientais da região, propor soluções e promover a criação de uma consciência ecológica, mostrando a necessidade de conservar a natu-



Professores ticuna no Curso de DST e AIDS.

reza e valorizar o conhecimento ambiental dos Ticuna. "Embora não possam agir sozinhos contra a invasão de suas terras, a discussão da problemática ambiental dentro das organizações indígenas é um passo para a formulação de demandas ambientais dirigidas aos órgãos competentes. A conscientização dos problemas ambientais nas escolas representa uma contribuição para a solução desta problemática. Não substitui a ação organizada das lideranças atuais, mas contribui para a formação de lideranças futuras, além de promover a conservação de valores e conhecimentos sobre o meio ambiente que correm o risco de desaparecer", conforme a assessora em seu último relatório.

CONSTRUINDO A ESCOLA TICUNA

Este programa foi tomando corpo a partir de um encontro destinado à capacitação de um grupo de 18 professores ticuna para atuarem como supervisores. No encontro, foram discutidas diversas questões que fazem parte da vida da escola, iniciando-se pelo estudo da legislação e outros documentos referentes à educação escolar indígena. As diferentes atividades tiveram a orientação das professoras Carlota Novaes, Carolina Pacini e Lucila Belfort. Entre os meses de abril e junho de 2000 os supervisores visitaram 91 escolas.

Além do acompanhamento e orientação dos professores em sala de aula, integram o Programa outras ações que fazem parte do processo de construção da nova escola ticuna, como a preparação e implantação do currículo de 1ª a 4ª séries e a produção e aplicação de materiais didáticos específicos - que orientam o professor no desenvolvimento do currículo. Também são vistos assuntos como: funcionamento e administração da escola, relações da escola com a comunidade, responsabilidades dos órgãos governamentais e atuação das prefeituras locais.

Quanto à produção de materiais didáticos, destacam-se aqui alguns dos livros que estão em fase de preparação pelos professores ticuna, sob a orientação dos consultores das diferentes disciplinas: Livro de Geografia (com assessoria de Márcia Spyder de Resende); Dicionário Ticuna (assessoria de Marília Facó Soares); Livro de Matemática (assessoria de Roseli de Alvarenga Corrêa); Livro de Alfabetização (assessoria de Carlota Novaes, Sirlene Bendazzoli, Cássia Marconi da Silva e Maristela Gusmão).

UMA OUTRA ARTE TICUNA

"Através dos desenhos as pessoas podem olhar o que existe na nossa cultura; tudo o que temos na nossa imaginação, na floresta, no que os velhos contam. Os desenhos são feitos pelas mãos dos artistas ticuna; eles mostram a capacidade que temos de fazer um trabalho como qualquer outro artista, usando tintas e outros materiais. Como um livro, os desenhos podem viajar e serem vistos por muitas pessoas, e essas pessoas podem valorizar a nossa cultura e o nosso conhecimento".

(Prof. Reinaldo Otaviano do Carmo)

JUSSARA GRUBER



Oficinas de arte: elaborando ilustrações para o "Livro das Árvores"...

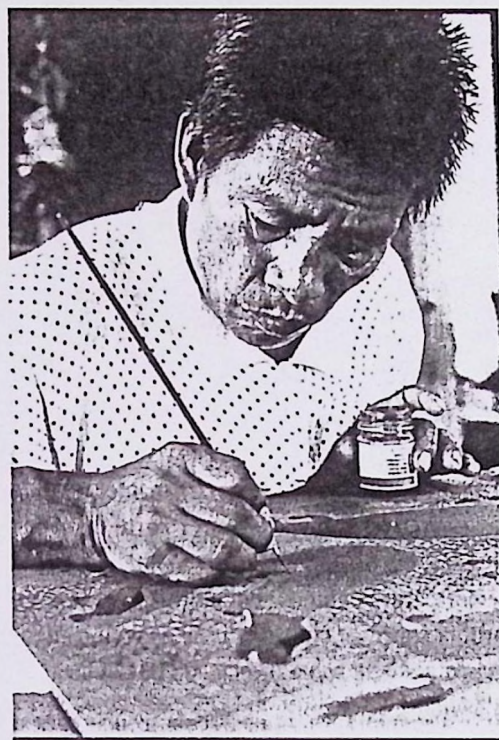


... e para o Calendário Burti.



Hilda Tomás do Carmo com o desenho que representa a "Festa da Moça-Nova"...

Os Ticuna, de modo geral, demonstram um excepcional talento e sensibilidade para a arte. Essa particularidade se apresenta de maneira muito rica e imaginativa principalmente nas suas produções materiais e na música. Tais aptidões não poderiam deixar de ser estimuladas e valorizadas num projeto de formação de educadores. Por isso, um dos aspectos que marcam o Projeto Educação Ticuna é o espaço destinado às expressões artísticas. A arte é tratada como uma área específica do conhecimento e também como um meio para desenvolver potencialidades - percepção, criação, reflexão, observação e outras - fundamentais à construção de ou-



Xisto Batista Muratú preparando pintura para a Mostra do Redescobrimento.



... contada pelo seu pai, Adolfo Tomás.

tros conhecimentos. A música, a poesia, o teatro e as artes visuais têm estado presentes em cada disciplina, em cada momento do Curso de Formação de Professores. Além disso, em oficinas especiais, os professores têm acesso a novos materiais e técnicas, como xilogravura, pintura com guache, aquarela e tantas outras.

O trabalho também se estende às tintas naturais, buscando novas possibilidades de uso, na escola, da vasta gama de pigmentos de origem vegetal e mineral que os Ticuna conhecem. Através de pesquisas desenvolvidas nas disciplinas de Química e Arte, com orientação de Lilavate I, Romanelli e Suzana Gruber, os professores ticuna vêm redimensionando o valor de seus materiais e técnicas tradicionais, assim como descobrindo e adotando outros empregos e soluções plásticas.

A partir de março de 1999, foi iniciado um outro tipo de trabalho com arte, envolvendo um grupo de professores que demonstravam maior interesse e talento para o desenho e a pintura. As primeiras oficinas destinaram-se à elaboração de ilustrações para um livro sobre os peixes e à produção de um conjunto de pinturas que seriam selecionadas para o Calendário Burti 2000. Utilizando materiais como tintas e papéis de boa qualidade, os artistas ticuna a cada dia aperfeiçoavam mais seus trabalhos, tornando-se mais exigentes e meticulosos quanto à técnica, composição, distribuição das cores, acabamento. A orientação de Jussara Gruber se deu no sentido de abrir espaço para que pudessem aprimorar sua capacidade crítica, aguçar o olhar e descobrir as nuances de seu próprio estilo, em suma, estabelecer uma sintonia mais apurada com todos os aspectos que envolvem a experiência estética.

Mesmo havendo um grupo mais constante, as oficinas estão abertas à participação de quem quiser pintar. A idéia é que esses encontros de arte sirvam de incentivo para muitos e que os artistas que formam essa vanguarda sejam os mestres de outros tantos, constituindo-se referência e orientação para crianças e jovens.

As obras produzidas nas oficinas têm participado de exposições, como a Mostra do Redescobrimento, no Parque Ibirapuera (São Paulo) nos meses de abril a setembro de 2000, e uma mostra so-

bre arte indígena brasileira, apresentada na Galeria Cândido Portinari, na Embaixada do Brasil em Roma.

Por ocasião do lançamento do Calendário Burti, em dezembro de 1999, seis integrantes do grupo viajaram a São Paulo, onde tiveram oportunidade de visitar o Memorial da América Latina e a Pinacoteca de São Paulo.

"A FLORESTA É A COBERTA DA TERRA"

Esta frase abre poeticamente *O Livro das Árvores*. Elaborado pelos alunos do Curso de Professores Ticuna, com a orientação de Jussara Gruber, *O Livro das Árvores* tem percorrido os mais diferentes e insuspeitados caminhos. Além de seu uso no Curso e nas escolas ticuna para o desenvolvimento de inúmeras atividades - nas áreas de Ciências, Matemática, Ecologia, Língua Portuguesa, Arte, Geografia -, o livro vem sendo adotado em diversas escolas indígenas do país e também nas escolas dos não-índios. Tem participado de feiras de livros nacionais e internacionais, e integrado o acervo de inúmeras bibliotecas do Brasil e de outros países.

Em 1977, a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil selecionou *O Livro das Árvores* para receber os prêmios, instituídos por ela, de "Melhor Livro Informativo" e "Melhor Projeto Editorial".

O livro também fez parte do *kit* de materiais didáticos preparado em 1998 pela Secretaria de Educação Fundamental/MEC para ser distribuído, junto com o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, a todas as escolas indígenas do país.

Mais adiante, em 1999, esse livro veio compor uma coleção de 110 obras de literatura infantil, que o Ministério da Educação adquiriu com recursos do Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação (FNDE) para ser entregue a 36 mil escolas públicas.

Os recursos obtidos com a venda de *O Livro das Árvores* têm servido para financiar ações da OGPTB e de seu projeto de educação, complementando gastos referentes à organização e realização do Curso, possibilitando reformas no Centro de Formação, pagamento de pessoal, aquisição de livros e outros materiais utilizados no



Oficina de
Xilogravura.

Projeto. Até o momento, foram distribuídos 2.783 exemplares do livro para 93 escolas ticuna, numa média de 25 a 30 livros por escola.

"Nós fizemos O Livro das Árvores para nossos alunos entenderem melhor por que devemos conservar o território, os animais, as plantas, a cultura. E também para os outros povos conhecerem como é a floresta, como é a riqueza da terra do povo Ticuna."

O Livro das Árvores ajudará a floresta a viver em paz.

Esta semente que nós plantamos no Livro das Árvores vai dar frutos para todos no futuro" (Prof. João Clemente Gaspar)

LIVRO AJUDA A CONSTRUIR BIBLIOTECA

Cerca de 80% dos recursos financeiros necessários à construção do prédio onde foi instalada a *Biblioteca Utchara* vieram da venda do *Livro das Árvores*. A complementação desses recursos a OGPTB obteve junto à Fundação Nacional do Índio (Funai), que também apoiou a aquisição do mobiliário.

A *Biblioteca Utchara* - que na língua ticuna significa "uirapuru" - faz parte de um conjunto de salas destinadas às atividades da OGPTB. Funcionando como um anexo do Centro de Formação de Professores Ticuna, na aldeia de Filadélfia, essas salas servem para ministrar aulas, realizar oficinas de arte, exposições, encontros, reuniões. Nos intervalos dos cursos, a sala central é utilizada como sala de leitura.

A primeira fase da construção do prédio foi inaugurada em janeiro de 2000, com a presença de Carlos Frederico Marés, então presidente da Funai, em visita aos professores ticuna que participavam da 12ª etapa do Curso. A fase final foi inaugurada em fevereiro, pelo capitão da aldeia de Filadélfia.

A Biblioteca possui um acervo de mais de 2 mil livros, e, num período de dois meses de funcionamento, já recebeu 1.450 alunos procedentes de quatro escolas ticuna situadas nas vizinhanças, bem como de escolas de não-índios, inclusive da cidade de Benjamin Constant. (junho, 2000)



Carlos Frederico Marés, então presidente da Funai, em visita aos professores ticuna.

OFICINA DE PAPEL ARTESANAL E EXPOSIÇÃO EM BRASÍLIA

Em junho de 1997 o artista japonês Naoaki Sakamoto realizou uma oficina de dez dias na aldeia de São Leopoldo, para desenvolver técnicas de manufatura de papel. Trabalhando junto com alunos da escola e o professor ticuna Raimundo Leopardo Ferreira, Naoaki realizou pesquisas sobre materiais disponíveis na natureza e sobre instrumentos de trabalho de fácil obtenção, procurando associar as técnicas tradicionais ticuna de preparação do tururi e a técnica japonesa washi. Das pesquisas resultou um papel que é possível fabricar utilizando apenas os galhos das árvores de onde os Ticuna retiram a entrecasca (tururi) - utilizada na confecção de máscaras e painéis - , sem, no entanto, precisar abatê-las.

Os trabalhos produzidos na oficina foram expostos, no mês seguinte, na Sala Rubem Valentim do Espaço Cultural 508, em Brasília.

Tais eventos foram organizados e financiados pelo Projeto 1+1 Intercâmbio Brasil-Japão e desenvolvidos em conjunto com a OGPTB.

VIAGEM AO JAPÃO

Como continuidade da oficina em São Leopoldo, Raimundo Leopardo Ferreira foi convidado pelo Projeto 1+1 para aperfeiçoar as técnicas de confecção de papel artesanal no atelier do artista Naoaki Sakamoto, na cidade de Niigata, onde esteve durante o mês de setembro de 1997.

Paralelamente, esse Projeto organizou uma exposição de esculturas e outros objetos de arte ticuna na sede da Embaixada do Brasil em Tóquio. Na abertura da exposição, Raimundo Leopardo proferiu uma palestra sobre os Ticuna e suas produções artísticas.

INTERCÂMBIO COM ESCOLAS DA ÁUSTRIA

Alunos de escolas austríacas começam a ter contato com a vida das crianças ticuna através do intercâmbio de informações por cartas e desenhos. Esse projeto, coordenado pela Rainforest Foundation da Áustria, vem angariando recursos para o Projeto Educação Ticuna e doações de materiais para as escolas. Em agosto de 1999, Carlos Macedo e Eva Junga, responsáveis pelo projeto na Rainforest, junto com um grupo de voluntários austríacos, viajaram aos Ticuna para conhecer os professores e suas escolas.

MÚSICA TICUNA

No dia 5 de outubro de 1999, os professores Ondino Casemiro e Hilda Tomás do Carmo abriram o 3º Seminário do Programa Crer para Ver, no Teatro São Pedro, em São Paulo, apresentando canções tradicionais ticuna. Esse Seminário foi promovido pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, que apoia o Curso de Formação de Professores Ticuna.

CULTURA TICUNA NA ITÁLIA

Em novembro de 1999, Constantino Ramos Lopes e as professoras Adélia Luis Bitencourt e Hilda Tomás do Carmo viajaram à Roma, atendendo a um convite da Associazione Voci della Terra para realizar palestras sobre o Projeto Educação Ticuna e ministrar aulas para alunos de diversas escolas de nível elementar e médio sobre a cultura ticuna.

Na mesma oportunidade foi lançado o livro *Le Scuole della Foresta*, que apresenta os projetos de educação e cultura desenvolvidos pela OGPTB e Comissão Pró-Índio do Acre, e também o trabalho com tecelagem kaxinawá do Projeto Jibóia-AC. Ministérios e outras instituições italianas patrocinaram essa publicação, organizada por Eva Kosloski (da Associazione Voci della Terra).

GERAL

TICUNA DE ONDE?

O cadastramento de estrangeiros no Alto Solimões (AM) já começa a preocupar autoridades eclesásticas da região. Os religiosos questionam o critério que será adotado para cadastrar a população indígena - principalmente os Ticuna, que circulam de uma aldeia a outra, entre Brasil, Peru e Colômbia, e não sabem a que país exatamente pertencem. (*A Crítica*, 27/01/96)

ÍNDIOS SE CANDIDATAM

Oito índios Ticuna anunciaram que serão candidatos a vereador nas próximas eleições. Quatro vão concorrer em Tabatinga, dois em Benjamin Constant, um em Santo Antônio do Itá e outro em São Paulo de Olivença. (*A Crítica*, 14/04/96)

ENVOLVIMENTO COM A POLÍTICA LOCAL

Os índios começam a despertar o interesse de políticos no interior da Amazônia. Com o aumento dos eleitores indígenas, eles são cada vez mais procurados por candidatos em busca de votos. Apesar do contato muito antigo, até hoje, todos os Ticuna falam a língua nativa quando conversam entre si. Somente no município de Tabatinga, residem cerca de 10 mil Ticuna, segundo a prefeitura local. A densidade populacional somada ao processo de urbanização desse povo revelou que eles são um bom filão eleitoral a ser explorado.

A legislação não os obriga a votar, mas a prática política descobriu que o voto indígena pode garantir mandatos. Os próprios índios começam a engrossar a lista de candidatos a cargos eletivos. Feijóal, o maior colégio eleitoral de Benjamin Constant, elegeu como vice-prefeito do município o Ticuna Edir. Ele ficou seis meses sem receber seus vencimentos e sem saber qual era a sua tarefa. Nas últimas eleições, os Ticuna elegeram 14 vereadores, segundo dados da Diocese do Alto Solimões. (*A Crítica*, 19/04/96)

BISPO DEFENDE DECRETO 1.775...

O bispo do Alto Solimões, D. Alcimar Magalhães, declarou em entrevista ser a favor do Decreto 1.775. "Se esse decreto tivesse sido colocado antes não teríamos as amarguras vividas entre índios e não-índios. Na demarcação das áreas, nem os índios nem os não-índios foram consultados. Foi uma visão unilateral de Brasília, tendo como base limites traçados em 1964; de lá para cá, o modo de vida dos índios mudou",

declarou o bispo. Em sua opinião, a demarcação da TI Umariçu foi um "crime" por abarcar parte da cidade de Benjamin Constant. "É um crime, porque isola, garante uma autonomia a pessoas que estão vivendo à maneira de civilizados com uma legislação de índios", afirmou. O bispo não poupou também o Cimi de suas críticas. Para ele, a entidade não entende nada dos índios da região. "Eles vêm com a mentalidade de não buscar a verdade. Já a trazem pronta, empacotada, com lacinho, e quem não disser amém às suas teses é de direita", afirmou. Irmão de um poderoso madeireiro da região, dom Alcimar Magalhães diz que o setor está falido na região. "Eu ouvi pessoas me acusando de ser madeireiro, de ver os índios sobre a perspectiva do branco. Isto é besteira!", afirmou. (*A Crítica*, 05/05/96)

... E É CONVIDADO PELO GOVERNADOR PARA RECOMENDAR "PROJETOS"

O bispo da Diocese do Solimões, dom Alcimar Magalhães, foi convidado pelo governador do estado, Amazonino Mendes, para fazer um levantamento das vocações econômicas da região. Acusado de ser ligado ao setor madeireiro, dom Alcimar aceitou o convite. O levantamento deverá subsidiar "ações governamentais de desenvolvimento" para a região, que abrange os municípios de Tocantins, Santo Antônio do Itá, São Paulo de Olivença, Tabatinga, Benjamin Constant e Amaturá. A área tem forte presença de comunidades indígenas Ticuna.

Dom Alcimar disse que está disposto a colaborar para que as populações do Solimões tenham melhores perspectivas de vida. Como representante da Igreja Católica, o bispo ressalta que pretende contribuir no campo da reflexão, com ações evangelizadoras. Ele cita, por exemplo, a área de educação onde a Igreja já vem atuando e deverá ampliar o espaço pedagógico. Dom Alcimar declarou que o trabalho com os prefeitos da região já apresenta resultados nos setores de saúde e educação, citando o convênio firmado com a Escola Agrícola Federal. Já está acertada a criação de um hospital em São Paulo de Olivença.

A participação da Igreja e do bispo Alcimar Magalhães no projeto de desenvolvimento da região do Solimões, chamado de Terceiro Ciclo, não está agradando ao Cimi. Segundo Egon Dionísio, coordenador da entidade, o quadro da região é desolador com as populações indígenas, desassistidas por falta de políticas dos governos estadual e federal. Para o Cimi, o Terceiro Ciclo não responde satisfatoriamente às necessidades dos povos indígenas: é uma ação imediatista e eleitoreira, que não apresenta propostas consistentes para a população regional. (*ISA*, a partir de *A Crítica*, 10/01/97)

PROTEÇÃO DOS LAGOS

Índios e representantes de comunidades ribeirinhas do vale do Javari, no Alto Solimões, querem que o Ibama realize um trabalho efetivo para proteger os lagos da região. Esta foi a principal solicitação feita durante um encontro inédito, que reuniu lideranças indígenas e ribeirinhas.

Segundo eles, os lagos vêm constantemente sendo invadidos por pessoas inescrupulosas, vindas de diversos municípios, que utilizam práticas predatórias de pesca, prejudicando o ecossistema local e a sobrevivência de grupos indígenas e de comunidades ribeirinhas. Participaram do encontro organizações não-governamentais, a FNS, o Ibama, o Cimi e a Coiab, além de 40 representantes de ribeirinhos e 20 lideranças indígenas. Segundo representantes indígenas, o Ibama se dispôs a realizar um levantamento de todos os lagos da região e implantar um sistema de manejo para a proteção das espécies durante a época de reprodução. O Instituto também vai formar agentes fiscalizadores para protegerem os lagos e encaminharem as pessoas responsáveis pela pesca predatória ao Ibama. "Esse encontro foi algo inédito, principalmente naquela região, onde já ocorreram diversos massacres de índios e assassinatos de ribeirinhos por causa da madeira ou da terra", comentou Darcy Marubo, coordenador da Coiab. (*A Crítica*, 21/04/98)

ARTE EM CALENDÁRIO

Colocar os índios como sujeito, e não como objeto da obra. Esta foi a idéia que originou o Calendário Burti 2000, ilustrado com pinturas do povo Ticuna, lançado no dia 23 de novembro de 1999, no Jockey Club de São Paulo. "Por ocasião da celebração dos 500 anos, era quase uma obrigação abrir esse espaço para dar a palavra ao índio", afirma Alex Chacon, responsável pela concepção, design e produção do calendário. Ricas em cores, as pinturas retratam a natureza e mitos de sua cultura, floresta, animais, rituais e histórias contadas pelos velhos. As obras resultaram de oficinas orientadas pela educadora Jussara Gruber, que há 22 anos realiza atividades com os ticunas. Todas as imagens foram trabalhadas com material apropriado - papéis especiais, tinta guache, ecoline e aquarela - e são acompanhadas por um breve texto descritivo dos autores, em português, ticuna e inglês. Entre os trabalhos escolhidos estão os de sete índios que participaram do Projeto Educação Indígena, iniciado em 1993, promovido pela Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngües, que tem por objetivo possibilitar que os professores ticuna concluam o segundo grau e conduzam a educação do grupo.

Apoiada por um fundo ligado à ONU, Jussara Gruber criou uma escola destinada à formação de professores ticuna entre os nativos. Seu trabalho gerou ótimos resultados. Há dois anos, parte da produção de seus formandos foi publicada no Livro das Árvores, sobre a flora da região. Os trabalhos divulgados no Calendário Burti surpreendem pela beleza e pela técnica apurada, que em alguns casos lembram movimentos pictóricos europeus: "Esse tipo de traço nasceu de minha observação das folhas do mato", explica o índio Nhaimaticüi. (*Gazeta Mercantil*, 17/11 e *Veja* 01/12/99)

AMPLIAÇÃO DE AEROPORTO

Surgiu uma possibilidade de entendimento entre os índios ticanos e a Comissão para Construção de Aeroportos na Região Amazônica (Comara), em Tabatinga, para a ampliação do aeroporto na fronteira com a Colômbia. Os índios concordam em ceder parte da área, desde que sejam indenizados por isso. A obra é considerada vital em termos de segurança, já que Tabatinga é um dos pontos mais estratégicos na Amazônia. (*A Crítica*, 04/12/99)

POR QUE DEMORAM AS DEMARCAÇÕES?

Os índios ticanos aproveitaram a passagem do novo presidente da Funai, Márcio Lacerda, por Manaus no fim de semana, para saber o por que da demora da demarcação das suas terras no Alto Solimões. Existem 12 áreas em processo de demarcação, mas seis outras sequer foram ainda homologadas. Estão assim, mais vulneráveis ao avanço das frentes de expansão dos brancos. (*A Crítica*, 15/12/99)

CHACINA DO CAPACETE

IMPUNIDADE

"No dia 28 de março de 1988, às 12 horas de dia aconteceu uma grande tristeza para o povo Ticuna, até hoje nós não esquecemos, essa massacre é dia doloroso para o povo Ticuna. Que 20 homens civilizados mataram 14 pessoas adultos e também crianças que pularam no Rio Solimões perto ao Benjamin Constant, não escaparam, mais foram morto e o corpo jogado no Rio Solimões, escaparam aquele que correram para dentro do mato.

Agora em 99 completou 11 anos do massacre do Ticuna e os culpados não ainda foram punidos, será que não haverá mais julgamento nem prisão para esses assassinos. Em 98, Conselho Geral da Tribo Ticuna, com outro entidade

não governamentais tiveram audiência com Dr. Sérgio Lauria Ferreira, da procuradoria Geral da República do Estado do Amazonas.

Garantio para Conselheiro Geral da Tribo Ticuna Senhor Pedro Inácio Pinheiro, que os criminosos vão ficar preso em mês de Agosto adiante, mais tarde até agora não houve nada de prisão. Um do assassino Valderlei Nascimento Penha, agora ele é professor, dando aula no município de Benjamin Constant, AM. Um do assassino que matou mais Ticuna no meio do Rio Solimões, que pertence ao Rio Amazonas. Agora esta rindo da nossa cara do índio Ticuna porque nunca ficaram preso, não tem cadeia nem jugamento para eles. Desde 1500 nunca houve que matador dos índios ficaram preso ou condenado, dentro de 500 anos, será que nós índios não temos valor perante a Lei Constituição, quando um branco mataram durante um ano já tem jugamento do réu. Onde estão advogado dos índios que ganha nome dos índios, principalmente advogado contratado pela Funai. Esse advogado, não são advogado dos índios, o advogado do chefe do gabinete o branco que trabalhou na Funai, para dizer a verdade não defende os índios, mas só defende os brancos que estão no função da Funai". (*Jornal Magüta*, CGTT, 1999)

ALGUMAS PRISÕES

"No dia 7 de maio de 1999, o policia federal prenderam 6 pessoas que assassinaram os índios Ticuna em 28 de março de 1988 na boca do Igarapé Capacete, ficou preso o mandante que o senhor Oscar Castelo Branco, e Vandeley Penha do Nascimento que matou mais índios Ticuna no meio do rio Amazonas, faltam 3 assassino que foram escondido. Nós do Conselho Geral da Tribo Ticuna - CGTT, queremos julgamento dos assassino mais breve possível, pedimos das instituição cobrando da Procuradoria Geral da República do Estado do Amazonas. Organização FOCCITT, manifestou que um absurdo que assassinou os Ticuna ficaram preso já passou 11 anos, os Ticuna não pensam mais isso para pessoal ficar preso. É acusado antropólogo, principalmente Dr. João Pacheco de Oliveira Filho, que mandar prender os assassino. Isso que ocorreu no dentro da Prefeitura de Benjamin Constant, onde funciona FOCCITT, também ouve na dentro da Câmara Municipal de Benjamin Constant, AM. Mas isso é mentira. Foi depois do primeiro número do nosso jornal eletrônico que os assinano foi preso." (*Jornal Magüta*, CGTT, 1999)

PROCESSO CONTRA OS RESPONSÁVEIS

"Seis dos assassinos que mataram homens, mulheres e crianças Ticuna e desde 1988 estavam soltos, foram presos. Depois disso, o mandante do crime, Oscar Castelo Branco, pediu prisão domiciliar para o juiz porque já está muito velho. Outros oito indiciados não conseguiram ser achados pela Polícia Federal, mas alguns deles nós Ticuna já sabemos onde estão. Quando fomos até a Polícia Federal em Tabatinga para pedir para cumprirmos o mandato de prisão dois oito últimos fugitivos, eles sempre dizem que não tem pessoal e barco para cumprir a lei". (*Jornal Magüta*, CGTT, out/99)

NARCOTRÁFICO

ALCOOLISMO E DESNUTRIÇÃO

Se entre a população ribeirinha de Coari, Tefé, Jutai, Fonte Boa, Uarini e Alvarães o drama é o consumo de drogas injetáveis, nas aldeias indígenas do Solimões ele se traduz no alcoolismo e na desnutrição infantil. "Todas as tribos têm suas vendinhas com bebidas alcoólicas, sobretudo cachaça. Todos bebem, das crianças aos velhos. O controle é muito difícil", alerta o professor José Paravidino, da equipe da UFF. As áreas são habitadas sobretudo por índios Ticuna em comunidades que já cresceram o suficiente para abrigarem problemas de saúde pública. "É um festival de doenças: hepatite, malária, cólera, tuberculose e hanseníase. As crianças são castigadas pelas verminoses, doenças de pele e desnutrição", diagnosticou Paravidino. "O álcool cria nas aldeias uma cadeia de problemas, como a diminuição da capacidade de trabalho, o acirramento dos conflitos internos e a prática do suicídio", disse a professora Fátima Guedes.

Nas áreas ticuna visitadas pelos pesquisadores da UFF, a expedição constatou um quadro de ausência de serviços de saúde bem mais grave que o encontrado nas cidades ribeirinhas. (*JB*, 24/03/96)

PF DIZ QUE TRÁFICO ALICIA ÍNDIOS

Os índios do Alto Solimões podem estar sendo aliciados pelo narcotráfico. Quem adverte é o superintendente da PF no Amazonas, Mauro Spósito. Segundo disse, os índios formam uma mão-de-obra muito barata, são relativamente dóceis e teoricamente podem plantar a coca em suas próprias terras demarcadas, onde estranhos são proibidos de entrar. Pelos dados que dispõe, Spósito diz que já existem plantações

de coca em território brasileiro, no Alto Solimões. Os indícios de laboratórios de refino de cocaína em municípios como Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte são muito fortes. Em Tabatinga, circulam informações de que índios já são utilizados para guardar a droga. No final do ano passado, surgiram pistas de uma grande plantação dentro de reserva indígena no rio Japurá. Segundo o administrador da Funai em Manaus, Raimundo Catarino Serejo, Exército e PF vasculharam a reserva mas não encontraram o plantio. (A Crítica, 14/04/96)

GOVERNADOR QUER ENTREGAR ÁREA À UNIÃO

A situação no Alto Solimões é tão crítica que o governador do Amazonas, Amazonino Mendes (PMDB), quer entregar a área para o governo federal, transformando-a em território da União. Segundo ele, o Estado não tem condições de fazer os investimentos para conter o avanço do narcotráfico que, no seu entender, se deve à falta de perspectivas econômicas para a população local. (FSP, 21/11/99)

GARIMPO

INVASÃO GARIMPEIRA EM TERRAS TICUNA

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) confirmou ontem a presença de garimpeiros no rio Bóia, afluente do rio Jutai, entre os municípios de Amaturá e Jutai. A atividade clandestina está sendo feita na reserva extrativista do rio Jutai, em área dos índios Ticuna, há mais de dois meses. Até agora nem o DNPM nem a PF realizou qualquer operação para retirada dos garimpeiros da área. Segundo o diretor do DNPM, Fernando Burgos, o departamento e a PF estão impedidos de agir pela falta de recursos. O diretor disse que sem a liberação da verba destinada à proteção e defesa das áreas indígenas, não tem como reprimir a ação dos garimpeiros. Uma fonte da PF confirmou a invasão.

Por conta da falta de dinheiro, há informações de que já ocorreram vários conflitos entre índios e garimpeiros na região do rio Bóia. A invasão teria o apoio do prefeito do município de Jutai, Francisco de Souza Moura, e dos comerciantes que estariam dando "autorização" para o funcionamento dos garimpos. A maioria da população local apóia os garimpos, já que passou a ganhar dinheiro depois da chegada das dragas e balsas. "Eles estão movimentando a economia do município, antes restrita aos empregos gerados pela prefeitura", contou um

comerciante de Jutai. A situação de conflito entre índios e garimpeiros, segundo o diretor do DNPM, não deverá durar muito mais tempo, pois trata-se de um bolsão de ouro, tipo aluvião, que fica na superfície dos leitos dos rios e que acaba rapidamente.

A presença dos garimpeiros nos rios Boia e Jutai é uma grande ameaça aos índios Ticuna, que para defender suas terras são obrigados a partir para o confronto, na maioria das vezes em desvantagem. Segundo a Coiab, a falta de proteção das áreas propicia a invasão e a situação piora com a omissão da PF. A Coiab informa que alguns grupos de garimpeiros estão tentando negociar a entrada nas reservas. (A Crítica, 23/02/96)

GARIMPEIROS NEGAM INVASÃO

A PF já está na região do rio Bóia com 15 agentes fazendo o levantamento da presença de garimpeiros e possíveis irregularidades na extração de ouro no local. A confirmação foi dada ontem pelo superintendente da PF, Mauro Spósito, que deu prazo até o dia 5 de março para o fim da operação. Spósito não confirmou se os garimpeiros invadiram as áreas indígenas. Ontem, o presidente da Coogam, Francisco Barrozo dos Santos, confirmou a presença de cerca de mil garimpeiros nos rios Bóia, Mutum e Jutai, com 59 dragas e 45 balsas, sem autorização do DNPM. Ele afirmou que a cooperativa está seguindo todos os trâmites legais para regularizar a atividade - existem, segundo Barrozo, sete processos no DNPM pedindo autorização para a exploração mineral na área. Barrozo disse ainda que os garimpeiros não irão resistir a uma eventual operação de retirada feita pela PF. Ele esteve na Funai para explicar ao coordenador as atividades dos garimpeiros na região. (A Crítica, 24/02/96)

OPERAÇÃO VAI RETIRAR GARIMPEIROS DA REGIÃO

O superintendente da PF, Mauro Spósito, viajou ontem para a região do rio Bóia para acompanhar a operação de levantamento das atividades de mineração que estão sendo feitas na área. Ele vai comandar a retirada dos garimpeiros, caso fique confirmada a invasão da área dos índios Ticuna e a ilegalidade da exploração de ouro. O DNPM deverá acompanhar a operação da PF. O diretor do órgão, Fernando Burgos, confirmou que os garimpeiros têm seis ou sete requerimentos de permissão de lavra junto ao DNPM, mas que a autorização não foi concedida porque é necessário um licenciamento ambiental junto ao IMA, que não foi ainda concedido. Burgos acredita que a cooperativa não conseguirá este documento antes do prazo es-

tabelecido pela PF para o fim da operação e dá como certa a retirada dos garimpeiros da área. (A Crítica, 27/02/96)

SUICÍDIOS

AUMENTA ÍNDICE ENTRE OS TICUNA

Espalhados ao longo da região do Alto e Médio Solimões, os cerca de 30 mil Ticuna vivem as consequências e dilemas da integração. Em 15 meses, de setembro de 94 a dezembro de 95, foram registrados 11 casos de suicídios entre eles. Raimundo Cerejo, ex-administrador da Funai, disse que os suicídios sempre ocorreram entre os Ticuna, porém não há registros de tantos casos em tão pouco tempo. Antropólogos do órgão devem iniciar, nos próximos dias, um estudo sobre a questão. (A Crítica, 19/04/96)

MAIS DEZ CASOS

Levantamento parcial feito pela Funai registrou, em 1999, dez casos de suicídio entre os índios ticunas, que habitam a região do Alto Solimões, no Amazonas, próximo da fronteira com o Peru e a Colômbia. A população ticuna no lado brasileiro da floresta amazônica (há ticunas também no Peru e na Colômbia) é de 32 mil índios. O levantamento da Funai só abrangeu 80% da população: cerca de 25 mil índios. O número real de mortes por suicídio nas tribos, segundo a Funai, pode ser ainda maior. Dos dez casos constatados pela Funai, oito foram por enforcamento e dois por ingestão de timbó - veneno extraído da raiz de uma planta, que leva à morte por asfixia. Sete dos dez suicidas eram homens, com predominância de jovens. A antropóloga Regina Erthal, pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que estudou o suicídio entre os ticunas de 90 a 97, diz que as causas aparentes dos suicídios podem ser conflitos entre clãs e até problemas como a depredação ambiental. (FSP, 07/12/99)

MUSEU MAGÜTA

FECHAMENTO CAUSA POLÊMICA

Um grupo de índios Ticuna do Alto Solimões aproveitou a oportunidade criada pelo seminário realizado na exposição *Memória da Amazônia*, para denunciar o fechamento do Museu Magüta, um espaço organizado pela própria comunidade indígena no início dos anos 90. O fechamento do Museu conta com a participação do cacique Pedro Inácio, que os índios

consideram ter perdido a liderança. Na briga das lideranças, eles fundaram várias entidades, como o Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT) e a Associação Geral das Tribos Ticuna (ACGTT). O cacique é acusado de ter enriquecido ilícitamente, ficando com recursos obtidos pela comunidade Ticuna. As lideranças Ticuna reclamam também que o cacique pratica arbitrariedades. As denúncias dos Ticuna foram encabeçadas pelo índio Aldemício Bastos. Segundo o antropólogo João Pacheco de Oliveira, presente ao encontro, a ACGTT representa os interesses de uma minoria ligada ao homem branco, além disso, quem está por trás do conflito vive mais em Manaus do que na região do Solimões. (*A Notícia*, 31/05/97)

EQUIPE QUESTIONA DECISÃO

"Prezados Senhores, Ficamos surpresos com a ordem (...) de fechar o Museu Magüta e dispensar seus funcionários. Paulo Roberto Abreu Bruno, tesoureiro do Magüta - Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões (CDPAS), ordenou a Constantino Ramos Lopes, funcionário do Museu, que entregasse as chaves do Museu no dia 17 de maio a Nino Fernandes, primeiro secretário do Magüta-CDPAS, e que fossem encerradas as atividades. Quando Constantino alegou que o Museu estava funcionando, que a Biblioteca recebia muitos alunos e não podia parar e que portanto, não seria justo fechá-lo, Paulo disse que então não efetuariam o pagamento a Constantino dos salários atrasados desde junho de 1995. (...).

Sobre essa situação absurda e autoritária, temos vários pontos a considerar. O Magüta-CDPAS possui um Estatuto, onde consta (...) "o prazo de duração do Centro será indeterminado, até que haja explícita manifestação contrária de parte de seus membros fundadores ou da Direção, ratificada por maioria absoluta dos associados, expressa em Assembleia Geral". (...)

Considerando-se que não foi convocada uma Assembleia Geral para a resolução dos problemas administrativos e financeiros do Magüta-CDPAS, a leitura que se faz é que essa resolução partiu de algumas pessoas e não da maioria dos associados, tampouco da Comissão Indígena e da totalidade dos membros da Diretoria. Não aconteceu, ao menos, uma reunião especial com todos os membros da Diretoria, já que o 2º Secretário, Adércio Custódio, não tinha conhecimento de tais decisões.

Desse forma, foi uma decisão arbitrária e desrespeitosa, sem consultar os funcionários ticuna do Museu, Jaime Custódio Manuel e Constantino Ramos Lopes, e sua assessora, Jussara Gomes

Gruber, sobre as possibilidades que teria de continuar funcionando. Não houve, também, nenhum interesse em averiguar de que maneira o Museu está conseguindo meios para continuar suas ações, nem mesmo uma preocupação com os compromissos já assumidos pelo Museu e sua equipe técnica quanto a sua programação de trabalho para os próximos meses e anos, bem como quanto às expectativas de outras pessoas envolvidas no trabalho. De outro lado, a Biblioteca do Museu vem atendendo cerca de 40 alunos por dia e professores da cidade que só tem nessa biblioteca os livros necessários a seus estudos e pesquisas.

Cabe salientar que o Museu, como todos sabem, recebe diariamente visitantes, turistas e pesquisadores, e principalmente alunos das escolas de Benjamin Constant. (...) Este programa tem o objetivo de aproximar as gerações mais jovens da cultura e da história dos Ticuna, para que sejam desfeitas as idéias preconceituosas e discriminatórias em relação aos índios. Nesse sentido, o Museu tem sido um importante instrumento de transformação, possibilitando o estabelecimento de relações mais equilibradas entre índios e brancos na região. Entre abril e maio, visitaram o Museu mais de mil alunos, fato que indica o sucesso desse programa. É preciso salientar também que o Museu já assumiu vários compromissos com outras instituições do país e do estrangeiro, para a realização de exposições, palestras e outras atividades da cultura ticuna (...)

Visto a situação de isolamento, buscamos a parceria e o apoio de outras instituições, museus e pessoas (do país e de outros países), que direta ou indiretamente colaboraram para a sobrevivência do Museu e para a sua divulgação. Não podemos esquecer que o Museu Magüta foi destacado em 1995 pelo Comitê Brasileiro do Icom (Conselho Internacional de Museus), e com o Prêmio Rodrigo Mello Franco de Andrade. Naturalmente que, o Museu sendo fechado, deveremos prestar esclarecimentos às instituições que destacaram o Museu e aos seus colaboradores, parceiros e simpatizantes. Isso colocaria o Museu, o Magüta-CDPAS e as equipes de trabalho numa situação constrangedora, prevendo-se, logicamente, repercussões negativas também para o povo Ticuna. Solicitamos, portanto, maiores esclarecimentos sobre essa questão, caso contrário nos sentiremos na obrigação e no direito de tomar outras providências. Atenciosamente, Jussara Gomes Gruber, Constantino Ramos Lopes e Jaime Custódio Manuel, Equipe do Museu Magüta". (*Excertos da carta dirigida aos membros da Diretoria do CDPAS*, 16/05/96)

CENTRO MAGÜTA RESPONDE

"O Centro Magüta não está fechando as portas ou encerrando suas muitas linhas de atividade. Também não admite a hipótese de desfazer-se de sua sede. Jamais existiu também qualquer intenção da parte de sua diretoria de vir a fechar ou desestruturar o Museu e a Biblioteca. Isso não significa, contudo, que o Centro Magüta não esteja atravessando graves dificuldades financeiras e que precise mudar o seu perfil institucional de modo a ajustar-se as atuais necessidades e aos critérios e prioridades das agências financiadoras. Cabe aqui alguns esclarecimentos (...) Pressionado por fatos relativos a luta pela demarcação de suas terras e por assistência diferenciada no campo da educação e saúde, o Magüta foi progressivamente expandindo o número de pessoas a quem remunerava direta e regularmente.

Em uma reunião do Conselho Indígena ocorrida em finais de 1993, logo após a conclusão da demarcação física de seis principais áreas Ticuna, foi apresentado um balanço e discutida extensamente entre as lideranças essa situação. Até mesmo sem incluir os gastos com qualquer projeto específico ou atuação nas aldeias, a simples manutenção do Centro com a folha de pagamento e taxas (luz, telefone, etc.) totalizava cerca de 70 mil dólares por ano! Com o término de projetos de apoio institucional (Oxfam em 1992 e Icco em 1994) tornar-se-ia inteiramente impossível embutir os custos de manutenção dessa infraestrutura em projetos específicos. (...)

O Museu, como a Biblioteca são, sem sombra de dúvidas, atividades meritórias e importantes, previstas desde os primeiros projetos institucionais do Magüta. Mas é importante notar que o público alvo do Museu são os visitantes estrangeiros e que a biblioteca é uma iniciativa de interesse municipal, pois atende a demanda dos estudantes brancos de Benjamin Constant. Hoje, depois de muita luta pelos seus direitos à terra, no qual o Magüta teve um papel fundamental, quando em um feito inédito, conseguiu junto ao governo da Áustria os recursos necessários para realizar a demarcação física de seis das mais importantes áreas dos Ticuna, as demandas prioritárias dos índios são projetos de saúde e de desenvolvimento sustentado, que precisam ser realizados nas aldeias e com a ampla participação comunitária. Sem projetos econômicos o território Ticuna - demarcado depois de muita luta - vai ser devastado por atividades empresariais que buscam lucro fácil e tentam obter alguma cumplicidade de algumas lideranças indígenas. A saúde Ticuna não pode ser pensada apenas como contratação e reciclagem de agentes indígenas, mas precisa incluir saneamento básico a ser executado nas

EDUCAÇÃO

MEC DEFENDE MANUTENÇÃO DE PROFESSORES

A manutenção dos professores indígenas no AM será defendida pelo MEC no Encontro Regional de Educação Indígena, que acontece de 4 e 5 de março, na Escola Ticuna, em Benjamin Constant. A posição se opõe à substituição que está sendo requisitada pelos prefeitos recém-empossados em cinco municípios do Alto Solimões, que preferem professores concursados e formalmente habilitados. (A Crítica, 02/03/97)

CONCURSO DIFERENCIADO

A determinação da Procuradoria Regional do Trabalho para que as prefeituras dos municípios amazonenses regularizem, até o mês de abril, a situação de servidores contratados sem concurso público preocupa a OGPTB. Desta forma, os cerca de 200 índios que atuam como professores nas TIs do Alto Solimões, contratados pelas prefeituras, terão que se submeter a concurso público se quiserem continuar na função. A quase totalidade desses professores indígenas, no entanto, não possui habilitação formal para o magistério nem o nível de escolaridade exigido para o concurso.

No início do ano, a Procuradoria enviou notificação recomendatória às prefeituras, dando prazo de 120 dias para a anulação de contratos irregulares e realização de concurso público "de acordo com a conveniência da administração". A OGPTB se adiantou aos prefeitos e vai discutir o assunto durante o I Encontro Regional de Educação Indígena – a Escola Ticuna, que começa hoje na aldeia Filadélfia, em Benjamin Constant.

"Vamos propor que a prova a ser aplicada não seja apenas de língua portuguesa, mas também em consideração à língua, a cultura e a história dos Ticuna", disse Jussara Gomes, da OGPTB. Os índios temem que os professores Ticuna sejam substituídos por professores brancos. "Isso seria extremamente danoso do ponto de vista cultural. É preciso lutar pelo direito constitucional de ter escolas especiais que garantam formação diferenciada", argumentou Jussara. Cerca de 85% dos professores Ticuna têm vínculo empregatício com as prefeituras e apenas 15% são funcionários da Funai. (A Crítica, 04/03/97)

MEC APÓIA PROPOSTA

"Quero cumprimentar a OGPTB pela preocupação com a qualidade da educação indígena. Espero que esse processo de formação possa continuar e que professores tenham condições de exercer este importante magistério", escreveu Ruth Cardoso, esposa do presidente FHC,

ao saudar o I Encontro Regional de Educação Indígena. A ocasião deve opor índios e prefeitos dos municípios em torno da questão da contratação de professores concursados. Com orientação de manter os professores Ticuna à frente de suas turmas, o MEC enviou ao encontro o coordenador de Educação Indígena, Caio Valério Oliveira. Sua missão é derrubar o argumento dos prefeitos de que a saída para a contratação dos indígenas é a realização de um concurso tradicional, como fazem os que pleiteiam uma vaga no magistério local.

"Fazer um concurso nos padrões tradicionais para os índios é o mesmo que excluí-los", disse Oliveira. Só para se ter uma idéia do que isso representaria, dos 31 mil habitantes de Tabatinga, dez mil são Ticuna. Lembra que todos têm um curso fornecido pela OGPTB, com apoio do MEC e outras instituições, que os habilita para o ensino de primeiro grau. Com a presença da Funai, de líderes Ticuna e dos secretários de Educação municipais, ficou acertado que será estudado um concurso diferenciado para os índios. (O Dia-RJ, 18/03/97)

INTERCÂMBIO NIPO-AMAZÔNICO

O artista plástico japonês Naoaki Sakamoto, especialista em papel artesanal, viajou meio mundo para ensinar os índios Ticuna a importância da conservação dos costumes artesanais. Durante oito dias, Sakamoto dormiu em rede, tomou banho de rio, comeu peixe assado e conduziu uma oficina, apresentando aos índios uma tradição oriental milenar na fabricação de papel, o *washi*. Os Ticuna extraem do tururi – árvore comum da região amazônica – papel artesanal usado na fabricação de máscaras, brinquedos e objetos de decoração. A arte de fazer o papel, que leva em média sete anos para crescer, fornece uma película fina com a qual os Ticuna fabricam um papel resistente e utilitário. Para fazer os adereços, os Ticuna pintam o papel com pigmentos vegetais. Sakamoto veio mostrar aos índios que a mesma técnica de produção pode ser realizada com árvores mais novas e de diferentes espécies: "Isso diminuiria o tempo de produção do papel e preservaria a mata", completa o artista. Sakamoto, que conhece e estuda outras relações de culturas primitivas com a natureza, considera a experiência amazônica única: "Não encontraria nada tão autêntico", revela. O papel dos Ticuna é também uma forma de expressão artística própria, que corre o risco de ser esquecida pelos próprios índios. O encontro, organizado e orientado pelo Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões, em Benjamin Constant, e pela arquiteta brasileira Mayumi Ito, constatou a dissolução do costume no dia-a-dia das aldeias

próprias aldeias e rediscutir o espaço ocupado por esses agentes na vida comunitária. Esses, durante a epidemia de cólera que atingiu a região do Alto Solimões, tiveram um papel importantíssimo, conseguindo a partir de cursos de treinamento de combate ao cólera, realizados pelo Magüta com a ajuda dos Médicos sem Fronteira, evitar que a população Ticuna sofresse grave revés. Para suprir essas demandas dos próprios índios, se o escritório do Centro Magüta não é um belo e sugestivo cartão postal, constitui-se em um verdadeiro símbolo político para os Ticuna que deve ser preservado" (João Pacheco de Oliveira, antropólogo sócio-fundador e presidente do Centro Magüta [1986-1992] e atual Vice-Presidente [1992-])

MUSEU MAGÜTA

"O Museu Magüta é o patrimônio do CDPAS, em 1997, os lideranças fecharam Museu porque todos funcionários entraram na justiça do trabalho para receber seu indenização.

Em 4 de novembro de 1997, a diretoria do Magüta Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões resolve tomar as providências necessárias à extinção desta entidade, para tanta em cumprimento, também, do seu estatuto, transfere seu patrimônio para o Conselho Geral da Tribo Ticuna – CGTT, entidade civil sem fins lucrativos, que ficou com o patrimônio. Que são responsável Museu Magüta é CGTT, AMIT e OASPT, que são responsáveis do Museu Magüta não mais Centro Documentação de Pesquisa do Alto Solimões, que já foi extinto o CGC, todos os Assessores e Assessora não-índio foram afastado, hoje em dia o próprio índios que ficam dia em dias.

Causa disso em 1997 um da Assessora criar mais um problema com índios principalmente com a CGTT no dia da abertura ela queria levar tudo peça do Museu, ela só conseguiu levar para casa dela os livros da biblioteca do Museu.

Agora próprio índio recuperam todos peças tem 321 peças que esta no exposição, e 180 peças esta no dentro deposito. Em ano de 1998, os turista visitou Museu Magüta 1.908 turista de vários país como da América e Europa, que visitou Museu Magüta que localizado em cidade de Benjamin Constant Amazonas Brasil. E vai recuperar mais ainda o Museu o ajuda do entidade Fundação Vitae que aprovou projeto para Museu Magüta." (Jornal Magüta, CGTT, 1999)

Ticuna. Segunda a arquiteta, o tururi é usado hoje exclusivamente nas festas. Algo semelhante aconteceu no Japão com o *washi*, o papel japonês, que se tornou uma tradição quase extinta. (CB, 02/07/97)

MOSTRA EXPÕE PEÇAS ARTESANAIS

A Mostra Arte Indígena Ticuna expôs na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), máscaras rituais, esculturas em madeira muiquiranga, redes de tucum, colares de tucumã e pinturas em tecido de casca de árvore com tintas naturais. Através dessas peças de cultura material, pode-se conhecer a história do povo Ticuna, uma das maiores populações indígenas do Brasil, que reúne hoje 26 mil índios. Uma das peças mais importantes da mostra é o *Livro das Árvores*, que se compõe de desenhos, e é utilizado nas escolas indígenas como método de alfabetização dos Ticuna. (O Globo e JB, 08 e 12/11/97)

O "LIVRO DAS ÁRVORES"

Por dez anos mais de 200 Ticuna usaram guache e canetas coloridas para retratar a floresta amazônica. O resultado está em "O Livro das Árvores", que além dos desenhos, também traz textos sobre as relações dos índios com a mata. O trabalho é resultado de uma longa convivência com a floresta amazônica, e seus autores: 230 índios Ticuna que habitam a região do Alto Solimões. Juntos, integram a Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngües. A entidade, que bancou a edição do livro, sobrevive principalmente de recursos oriundos do MEC e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), um dos braços da ONU. A orientação do projeto foi da professora Jussara Gruber.

A publicação contém também uma intenção política de manter os madeireiros longe da Amazônia. Fora os motivos de ordem material — é da selva que os índios tiram a base de sua subsistência, há também argumentos de natureza simbólica. Toda a lógica social e religiosa dos Ticuna se apoia em mitos que vêm da floresta. Ao esmiuçá-los, o livro desnuda um universo fascinante. (FSP, 29/12/97)

CRIANÇAS DE VIENA

A professora Franziska Cesal organiza uma rede de correspondências entre crianças austríacas, estudantes do primeiro ano de uma escola básica de Viena, e os índios Ticuna. O objetivo da correspondência é a doação de material didático e levantar recursos para essa população indígena. O projeto foi organizado pela Rainforest

Foundation, que ajuda a proteger as florestas e seus povos, e inclui troca de fotografias, uma exposição, venda de livros sobre índios brasileiros e a apresentação de um ritual com músicas religiosas dos índios. (Jornal de Brasília, 25/06/98)

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

COMUNICADO AOS ANTROPÓLOGOS

"Prezados Senhores, Nós, caciques, professores, agentes de saúde, lideranças religiosas Ticuna, vereadores Ticuna e povo em geral, reunidos na 1ª Assembléia Geral da Federação das Organizações e dos Caciques e Comunidades Indígenas da Tribo Ticuna (FOCCITT), na Comunidade Indígena Ticuna Novo Paraíso, mun. de São Paulo de Olivença, nos dias 22, 23, 24 e 25 de junho de 1998, decidimos que:

Todos os antropólogos que faziam pesquisas sobre conhecimentos milenares e tradicionais nas comunidades indígenas Ticuna do Alto Solimões Amazonas, ficam expressamente proibidos pelos caciques e lideranças das comunidades presentes nesta assembléia os seus livre acessos e de continuarem suas pesquisas, uma vez que as comunidades Ticuna nunca tiveram retornos positivos dos materiais produzidos. Ficam também proibidos de promoverem eventos culturais com assuntos específicos da Cultura Milenar Ticuna sem a prévia autorização e participação de representantes designados pela FOCCITT;

Sem mais o que deliberarmos e decidirmos para o presente momento nesta área, subscrevemo-nos em abaixo assinado". (Comunidade Indígena Ticuna Novo Paraíso, da FOCCITT, 25/06/98)

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES

"Foi fundado no dia 19 de fevereiro de 1998, que primeira vez as mulheres índias Ticuna organizou para melhorar a nossa razão e a nossa realidade no futuro.

Quando CGTT, fazer reunião nós mulheres também reuniram com mulheres, na mesma aldeia com vários comunidades, principalmente com mulheres dos cacique ou escolhido pelos mulheres da comunidades.

Nós mulheres organizamos não só os homens que principalmente o cacique que luta para nosso direito como a demarcação da terra, educação e saúde, nós também tem capacidade de lutar como os homens, nossa luta é valorizar a nossa cultura e a língua materna. Hoje nós tem 180 mulheres ligado com Amit, que acreditam

do que na verdade nós vamos valorizar e defender os direitos das mulheres, preservar a natureza reproduzir a matéria-prima para que assim conseguir preservar nossa áreas.

Durante a reunião que aconteceu no dia 8 de Março de 1999, no dia Internacional da Mulher, decidimos que nosso trabalho é para fazer plantio de tucum e urucum. O tucum serve para elaboração da artesanato, e urucum para obter o cororau comecializar o mercado regional tudo essa trabalho nós já fizemos nós já plantamos. Agora nós vamos plantar para fazer viveiro para criação de peixe, tudo essa nosso trabalho e administrado por coordenadora da Amit Carmem Tamaia e Hilda Pinto Felix vice-coordenadora. Nosso entidade não tem ainda estatuto já tenho rascunho, nós estamos esperando reunião Geral da CGTT, prá nós reunimos junto também com mulheres porque nós não temos finaceira própria para fazer nosso reunião. Queremos apoio do outro entidade como agência financiadora." (Jornal Magiita, CGTT, 1999)

ASSEMBLÉIA GERAL DO CGTT

"A Assembléia da CGTT, realizada nos dias 14 as 16 de outubro de 1999, na aldeia Nova Esperança no município de São Paulo de Olivença, onde estavam presente 68 capitães, 47 membros da AMIT, 48 Agente de Saúde e 12 professores, discussão da reunião demarcação da terra, invasão da área, saúde e educação. Os capitães discutiram, que maneira a comunidade indígena pode alcançar alternativa econômica, já que nunca tiveram apoio da prefeitura e do governo do estado.

A área Eware II, que invadido pesqueiro são financiados por empresas colombianas. Os Cocama, que estão na área dos Ticuna, eles que convida os colombianos para morar na dentro da comunidade da Cocama e tirar peixe.

Todos pescadores são financiado por ele incluiria o equipamento de pesca, arrastão, combustível e até motores como resultado da pesca predatório os indígenas sentem que a alimentação está ameaçada, causa do Cocama por isso que eles contestaram nossa área Eware I que esta preso na justiça desde dia 10 de julho de 1996, pelo Decreto 1775/96. Todo esse colombiano que esta comunidade Cocama fugido na Colômbia devem ser mafioso, principalmente que mora na comunidade Bananal, no município de Tabatinga. Eles mandam pescadores para invadir os lagos dos Ticuna.

Area de Santo Antonio, demarcada e homologada e registrado no cartório da cidade, onde localizam 03 aldeia Porto Cordeirinho e Filadélfia e Bom Caminho sempre esta invadida pela Polícia Militar da cidade. A organização FOCCITT autoriza a entrada da policia para os Ticuna fi-

car preso quando acontece qualquer problema interno na comunidade. Nós estamos sabendo onde Terra demarcada não é permitido a entrada do qualquer polícia para prender os índios." (*Jornal Magüta, CGTT, out/99*)

SAÚDE

SUSPEITA DE CÓLERA PÔE ALDEIA EM ALERTA

Um provável caso de cólera na aldeia Belém do Solimões, coloca os três mil moradores do local em situação de apreensão. Segundo o presidente do Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), Nino Fernandes, trata-se de um adulto Ticuna doente: "Não temos informações sobre a idade dele. Sabemos que começou a passar muito mal na madrugada de ontem". O presidente de Conselho disse que estão em alerta porque a aldeia já foi atingida por uma epidemia em 1995, com várias mortes. O cólera é uma doença infecciosa contagiosa, que pode manifestar-se sob a forma epidêmica. "A proliferação fica mais fácil com o hábito dos índios de viverem em comunidades e pela proximidade com o rio". Nino informou que o índio atingido pela doença está recebendo cuidados na aldeia, e disse que espera medicamentos da Fundação Nacional de Saúde. O coordenador da FNS em Manaus disse não haver confirmação da doença, mas ainda assim o posto vai enviar os medicamentos para suprir toda a aldeia. (*A Crítica, 29/08/98*)

CACIQUES VÃO RECEBER TREINAMENTO DE SAÚDE

Cento e quatro caciques Tikuna da região do Alto Solimões estarão participando de um treinamento sobre políticas para a saúde durante setembro, no município de Benjamin Constant. O trabalho vai ser realizado por equipes da Universidade do Amazonas e pela Equipe de Saúde Indígena (Esai) da FNS.

O objetivo do programa é tornar os caciques agentes de saúde capacitados para o controle social das doenças. Os agentes de saúde serão capacitados para lidar com doenças como a malária, infecções pulmonares, diarreias. Será também realizada uma Assembléia dos Agentes Indígenas de Saúde. Os técnicos da Esai se juntarão à equipe que se deslocou para o Alto Solimões para realizar exames nas localidades de Belém do Solimões e Feijal, para a identificação de casos de cólera e diarreia. (*A Crítica, 08/09/98*)

DOENÇAS INTESTINAIS MATAM NOVE

Uma epidemia de diarreia se abateu sobre comunidades ticuna do alto Solimões, no extremo oeste do Amazonas, matando entre setembro e o dia 22 de outubro nove indivíduos. A informação, obtida pelo jornal *A Crítica*, de Manaus (AM), afirma que um hospital militar de Tabatinga registrou este ano 2,6 mil casos de pessoas afetadas por diarreia aguda, ocasionada pela ação de uma bactéria intestinal chamada *Escherichia coli*. Crianças com até cinco anos de idade são as maiores vítimas.

De acordo com médicos citados pela reportagem, o contágio pela enterobactéria é provocado através do consumo de água contaminada pelas fezes de doentes. Análises feitas na água consumida pela população indígena da região de São Belém do Solimões atestaram que os igarapés estão contaminados. A reportagem afirma que a assistência prestada pela Fundação Nacional de Saúde (FNS) e pela Funai é deficiente.

Os dois órgãos apontam a dificuldade de locomoção como razão para a falta de controle sobre a epidemia. A Funai, especialmente, afirma não ter recursos materiais e financeiros para custear a ida de equipes até as áreas onde estão os doentes. "Os cortes (no orçamento) se acumulam há muito tempo. Desde agosto deste ano estamos sem um centavo", queixou-se o administrador em Tabatinga, Waldir Torres, ao jornal.

A redução no orçamento da Funai foi determinada no início de setembro, quando o governo federal anunciou as primeiras medidas para ajustar o déficit público e enfrentar a crise financeira internacional. A FNS afirma que os antibióticos até agora aplicados nos doentes não têm surtido efeito. Segundo a coordenadora Marília Rocha, citada pela reportagem, os medicamentos adequados – antibióticos da chamada terceira geração – não são usados pela Fundação. Como trata-se de remédio injetável, a FNS alega que seria necessário manter enfermagens na região. "Não temos condições", afirmou ao jornal. Enquanto isso, a própria FNS registrou, nas últimas 52 semanas, 171 casos de pessoas atingidas por diarreias, 111 dos quais crianças com até cinco anos de idade, entre os Ticuna do alto Solimões. (*Últimas Notícias/ISA, 23/10/98*)

ÁGUA CHEGA APÓS QUATRO ANOS

Depois de quatro anos de espera, finalmente a FNS iniciou a ligação de dois mil metros de rede de abastecimento com água de poço os 2,8 mil moradores da Comunidade de Belém do Solimões, que consumiam as águas sujas do rio Solimões, sem nenhum tipo de tratamento. O administrador

regional da FNS visitou algumas comunidades indígenas do Alto Solimões e anunciou a interligação da rede para 250 ligações domiciliares e 20 torneiras públicas em Belém do Solimões, e a compra de geradores para fazer funcionar o poço da comunidade de Vendaval. As duas comunidades foram as mais atingidas pelo surto de diarreia, com nove mortes. "Nas demais, não há condições de se cavar o poço, estamos aplicando o tratamento da água de superfície", disse o administrador. O projeto contou com a participação da Prefeitura de Tabatinga. (*A Crítica, 27/10/98*)

NOVA ORGANIZAÇÃO É CRIADA

"Em dezembro de 1998, na reunião do CGTT, na aldeia de Belém do Solimões/AM, os 42 monitores de saúde antigo, desistiram da Organização de Saúde do Povo Ticuna do Alto Solimões – OSPTAS, causa do autoritária que é responsável da organização, e os agentes de saúde ficam abandonados, mais a organização na aldeia não tem assembléia.

Na comunidade tendo muita doença como malária e colera, parece o agente de saúde não tem responsável, para caminha documento para FUNAI e FNS, para conseguir o remédio, realmente esta abandonado. Causa disso os antigo agente de saúde criaram uma nova organização, que é Organização da Agente Saúde do Povo Ticuna – OASPT." (*Jornal Magüta, CGTT, 1999*)

CÓLERA

"O Conselho Geral da Tribo Ticuna – CGTT denuncia a morte de um índio Ticuna - Nelson Zaguri, mas conhecido como Arigó, com idade aproximada de 50 anos, ocorrida na madrugada do dia 09 de abril, na aldeia Ticuna de Cajari I, área indígena Évare I, município de Tabatinga. Segundo o Agente de Saúde Alfredo Ticuna, o doente tinha cólera, vindo a falecer por falta de remédio no posto e pela falta de combustível e barco para. Foi pedido socorro, mas quando a Funai chegou já era tarde. Este agente de Saúde foi formado pelos Médicos Sem Fronteiras em 1991, ocasião em que o cólera só não se alastrou graças ao trabalho dos agentes de saúde do povo Ticuna.

Pela sua experiência do agente de saúde com a doença, o CGTT alerta as autoridades para que tomem providências imediatas, pois como se sabe um caso de cólera nunca vem só, pede também que as autoridades sanitárias levem a sério essa suspeita (porque se ela existe é porque não há material disponível para coleta de material). Quando alguém morre de cólera no Sul do Brasil, como está acontecendo no Paraná, o caso vira notícia nacional e as providências são tomadas imediatamente. Em 95 morreram vitimados

pelo cólera mais de 07 ticunas em Belém do Solimões, nesta aldeia moram mais de 3.000 m índio e é considerada uma área de cólera. A FNS fez um projeto para tratamento de água que estaria pronto para o final daquele ano e até o momento não apareceu uma gota d'água tratada e o dinheiro sumiu. O CGTT cobra das autoridades sanitárias um trabalho sério e não os desvios do dinheiro da saúde como está ocorrendo com a FNS." (*Jornal Magiita, CGTT, 1999*)

ASSEMBLÉIA DISCUTE FALTA DE ASSISTÊNCIA

"No mês de dezembro de 1998 o Conselho Geral da Tribo Ticuna – CGTT, fez Assembléia Geral da CGTT na aldeia Belém do Solimões no município de Tabatinga, onde discutiam vários problemas do índio Ticuna como: Demarcação da Terra, Saúde e Educação. Nessa reunião esta a presente 42 agente de Saúde na aldeias que está tendo muita doença na aldeia como malária, cólera e outra doença.

Que organização OSPTAS não dá de conta de todos Agente de Saúde indígenas Ticuna, que estão esquecido na sua comunidade, falta contato do próprio coordenador da OSPTAS. No mês de outubro e novembro de 1998 vai ser primeiro curso com Agente de Saúde com FNS e OASPT no Universidade do Amazonas em Benjamin Constant, AM.

No mês de abril de 1999, esta aconteceu vários casos de doença grave na comunidade Ticuna como o cólera e malária falciparum outra doença, como na comunidade de Vendaval no município de São Paulo de Olivença, que aconteceu 4 pessoas morreram com (malária falciparum). Tudo por falta de assistência.

Como esta acontecendo tem algum comunidades Ticuna que durante 3 anos nunca foram vacinada, por essa motivo que nós da Agente de Saúde criamos outro Organização de Saúde junto nosso organização maior CGTT. Nós temos 106 aldeias com total de 32.457 habitante, nem essa metade desta população nunca foram atendido nunca tiveram Assembléia de Saúde." (*Jornal Magiita, CGTT, 1999*)

TICUNA/TI EVARÉ I

KOKAMA CONTESTAM TI

Índios Kokama contestaram a demarcação da TI Évare I, dos Ticuna. É a terceira contestação de terras indígenas encaminhada à Funai desde que o decreto 1.775 foi instituído, em 8 de janeiro, pelo ministro da Justiça, Nelson Jobim. Para o presidente da Funai, Márcio Santilli, a contestação dos Kokama envolve "uma polêmica antropológica", pois eles não se identifica-

vam como índios e hoje são caboclos que vivem com moradores ribeirinhos do rio Solimões.

O secretário-executivo do Cimi, Roberto Liegott, diz que há 30 anos os Kokama voltaram a se definir como índios, depois de terem perdido a identidade em contato com os seringueiros da região. A agente pastoral Socorro Cardoso, da Prelazia do Alto Solimões, confirmou que os Kokama vivem com ribeirinhos no povoado de Sapotal, a 50 km de Tabatinga, na fronteira com a Colômbia. (*FSP, 20/02/96*)

COMUNIDADE QUER ÁREA EXCLUSIVA

O coordenadora da Comissão de Apoio aos Índios Cocama (Coiama), Regina Silva, afirmou que o Decreto 1.775 beneficia os grupos pouco conhecidos da Amazônia. "Com o novo decreto, vários grupos indígenas devem pedir que sejam reconhecidos porque há uma falsa idéia de que na região só existem os Yanomami e os Ticuna", declarou. A Coiama é a entidade que encaminhou contestação à Funai em relação à demarcação da TI Évare I. A entidade reivindica a criação de uma área exclusiva para os Kokama, com 4,8 mil ha, menos de 1% da área Ticuna em questão. Na contestação, o coordenador-geral da Coiama, Francisco Guerra Samias, afirma que "esse local é habitado pela comunidade indígena Kokama e não pelos índios Ticuna, como está no decreto de 5 de janeiro, que homologa a demarcação da Évare I". (*FSP, 22/02/96*)

TICUNA FICAM SURPRESOS

O secretário do CGTT, Nino Fernandes, disse em Benjamin Constant (AM) que desconhece a contestação encaminhada pela Coiama. "Não sabemos quem é essa instituição, nem sabemos o que querem os Kokama, porque não enviaram nada, nenhuma carta, a nós da CGTT". A Coiama é uma instituição recente, desconhecida dos Ticuna, da Coiab, do Cimi e das ADRs da Funai em Tabatinga e Manaus. O vice-coordenador do Cimi, Francisco Loebens, suspeita que se esteja criando uma situação de conflito na Évare I. "Parece estranho que apareça esta contestação, pois não se sabe de conflitos entre os Kokama e os Ticuna", disse. O coordenador da Coiab, Sebastião Machineri, afirmou que o Decreto 1.775 não pode ser usado como pretexto para indispor índios contra índios. (*A Crítica, 23/02/96*)

COIAMA RESPONDE À FUNAI...

"O presidente da Funai, Márcio Santilli, disse que somos caboclos; agora gostaria que ele respondesse essas perguntas: por que a própria Funai fez questão de desconhecer os nossos costumes, tradições e cultura e chegou até a nos incentivar

a passar como Ticuna para que Évare I fosse demarcada apenas para os Ticuna? Como nós somos caboclos se a própria Funai em seu relatório sobre tribos indígenas no Amazonas nos relaciona como povo indígena? Se somos caboclos, por que então a Funai nos deu registro indígena, que temos em mãos? Por que a Funai só se preocupa em demarcar terra dos Ticuna quando existem várias outras tribos no Alto Solimões? O presidente da Funai não sabe de nada nem conhece os problemas indígenas do Brasil. Se ele quer realmente saber se somos índios ou caboclos, que venha à nossa aldeia em Sapotal e lhe mostraremos. Sabemos muito bem que os culpados disso tudo não são os Ticuna, mas é a Funai. Se não tivermos resposta sou capaz de juntar todos os Kokama existentes no Alto Solimões e trazer aqui na Funai em Manaus para morar na própria Funai e com recursos financeiros da própria Funai, e aí, sr. Márcio Santilli, provaremos se somos índios ou caboclos." (*Francisco Guerra Samias, cacique Kokama, coordenador-geral da Coiama, FSP, 23/02/96*)

... E DESCARTA CONFLITO COM OS TICUNA

A Coiama enviou duas cartas ao jornal *A Crítica* descartando a ocorrência de conflitos com os índios Ticuna por causa de terras. As cartas informam que a criação da entidade, feita depois de assembléia-geral realizada em 21 de maio de 1995, foi comunicada à Funai e tem como objetivo preservar a língua, costumes, tradições e cultura deste povo. De acordo com a Coiama, os Kokama habitam a região de Sapotal há mais de um século e o decreto 1.775 é para eles o único instrumento legal para contestar o equívoco da Funai – no caso, a demarcação da TI Évare I com a área reclamada pelos Kokama dentro. Assinadas pelo coordenador da entidade, Francisco Samias, e pela vice-coordenadora, Regina Silva, as cartas afirmam que estranham as declarações da Funai e de outras entidades que alegam desconhecer a Coiama. (*A Crítica, 01/03/96*)

MINISTRO ACATA PEDIDO

O ministro da Justiça, Nelson Jobim, assinou em 25 de março de 1997 o Despacho nº 14, que trata da contestação apresentanda pelos Kokama à demarcação da TI Évare I. Segundo o despacho, uma demarcação exclusiva para os Kokama poderá ser feita "desde que as áreas separadamente destinadas aos índios Kokama e aos índios Ticuna não excedam a área que já lhes foi reconhecida, em conjunto, pela Portaria Declaratória do ministro da Justiça nº 00526, de 11 de outubro de 1991, publicada no DOU de 14 de outubro do mesmo ano". (*DOU, 26/03/97*)